



**ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MARIA ANTONIA**  
**Rua Zelfira Loss s/n – CEP 99180-000 Bairro Centro**  
**Mato Castelhanos/RS – Telefone (54) 99645-4293**  
**E-mail: escolamunicipalmariaantonia@hotmail.com**

---

# ***PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA***

MATO CASTELHANO, 2024.

## SUMÁRIO

### Conteúdo

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO .....	5
II- CONTEXTUALIZAÇÃO .....	6
2.1- HISTÓRIA DE MATO CASTELHANO .....	6
<b>2.1.1- Informações Gerais</b> .....	6
2.1.2- Aspectos Geográficos.....	7
2.1.3- Aspectos Demográficos.....	9
2.1.4- Aspectos Socioeconômicos .....	10
2.1.5- Aspectos Culturais.....	11
2.1.6- Aspectos Desportivos.....	11
2.2- HISTÓRIA DA ESCOLA.....	12
2.3- A HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	14
III- FILOSOFIA DA ESCOLA .....	18
IV- OBJETIVO GERAL .....	18
V- OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	19
VI- OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	19
VII- OBJETIVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	20
VIII- OBJETIVO GERAL DO PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	20
9- PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A AÇÃO PEDAGÓGICA .....	21
9.1- CONCEPÇÃO DE MUNDO- HOMEM-SOCIEDADE-ESCOLA-EDUCAÇÃO .....	21
9.2- A ESCOLA QUE QUEREMOS - CONCEPÇÃO DE ESCOLA .....	22
9.3-TENDÊNCIA PEDAGÓGICA DA ESCOLA.....	25
9.4- METODOLOGIA DE ENSINO .....	27
9.5 - CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO .....	29
9.6- OBJETIVOS E CONTEÚDOS .....	30
9.7- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO .....	31
10- PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA ESCOLA.....	33
10.1- PRINCÍPIOS: .....	34
10.2- DIRETRIZES: .....	35
XI- METAS E ESTRATÉGIAS.....	38
XII- PROJETOS.....	41
12.1-PROJETO DE LÍNGUA INGLESA .....	41
1.3- PROJETO BRINCAR- EDUCAÇÃO FÍSICA.....	43
1.4 Projeto cultura digital.....	44
XIII – OPERACIONALIZAÇÃO CURRICULAR .....	45

<b>13.2- Pré Requisitos de Ingressos.....</b>	<b>45</b>
<b>Rematrícula.....</b>	<b>46</b>
<b>Transferência .....</b>	<b>46</b>
<b>Aproveitamento de estudos e Adaptação .....</b>	<b>46</b>
<b>CLASSIFICAÇÃO .....</b>	<b>47</b>
<b>RECLASSIFICAÇÃO .....</b>	<b>47</b>
<b>PLANOS DE ESTUDOS.....</b>	<b>47</b>
<b>PLANOS DE TRABALHO .....</b>	<b>48</b>
<b>PROJETO DE REFORÇO PEDAGÓGICO/CLASSE DE APOIO .....</b>	<b>48</b>
<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) .....</b>	<b>50</b>
<b>Do Plano Individual do Aluno.....</b>	<b>53</b>
<b>Educação Itinerante .....</b>	<b>53</b>
<b>AVALIAÇÃO .....</b>	<b>55</b>
<b>Estudos de Recuperação .....</b>	<b>57</b>
<b>PROGRESSÃO CONTINUADA .....</b>	<b>58</b>
<b>Avanço nos Anos.....</b>	<b>58</b>
<b>Promoção.....</b>	<b>58</b>
<b>Regime de Progressão Parcial .....</b>	<b>58</b>
<b>FREQUÊNCIA .....</b>	<b>59</b>
<b>DA ACELERAÇÃO DE ESTUDOS E DO AVANÇO.....</b>	<b>60</b>
<b>CONSELHO DE CLASSE .....</b>	<b>60</b>
<b>CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>62</b>
<b>CALENDÁRIO ESCOLAR .....</b>	<b>62</b>
<b>XIV ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>
<b>14.1- CORPO DOCENTE .....</b>	<b>63</b>
<b>14.1.1- SÃO ATRIBUIÇÕES DO CORPO DOCENTE:.....</b>	<b>63</b>
<b>14.1.2- SÃO DIREITOS DO PROFESSOR:.....</b>	<b>64</b>
<b>14.2- CORPO DISCENTE:.....</b>	<b>65</b>
<b>14.2.1- DIREITOS DO EDUCANDO: .....</b>	<b>65</b>
<b>14.2.2- RESPONSABILIDADES DO EDUCANDO: .....</b>	<b>66</b>
<b>14.3- DIREÇÃO:.....</b>	<b>66</b>
<b>14.4- VICE-DIREÇÃO: .....</b>	<b>68</b>

XV - SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES .....	69
15.1- SERVIÇO DA SECRETARIA .....	69
15.2- FUNCIONÁRIOS DO SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA: .....	70
15.3- SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: .....	70
15.4- SERVIÇO DE COORDENAÇÃO/ SUPERVISÃO ESCOLAR.....	71
15.5- DA BIBLIOTECA:.....	72
15.6- DO AUXILIAR DE DISCIPLINA .....	73
15.7- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES: .....	73
15.8- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA EM NUTRIÇÃO: .....	74
15.9- SERVIÇO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO: .....	74
15.10- SERVIÇO ODONTOLÓGICO: .....	75
XVI - AVALIAÇÃO DA PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA .....	75
XVII- BIBLIOGRAFIA .....	76
FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do Oprimido</i> . 12ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.....	76
_____. <i>Avaliação Mitos e Desafios: uma perspectiva construtivista</i> . Porto Alegre: Educação e Realidade, Revistas e Livros, 1991. ....	76

## I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1.1- NOME DA ESCOLA:** Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Antonia
- 1.2- ÓRGÃO MANTENEDOR:** Prefeitura Municipal
- 1.3- ENDEREÇO:** Rua Zelfira Loss, s/nº- centro
- 1.4- MUNICÍPIO:** Mato Castelhano
- 1.5- TELEFONE:** 54- 996454293
- 1.6- EMAIL:** [escolamunicipalmariaantonia@hotmail.com](mailto:escolamunicipalmariaantonia@hotmail.com)
- 1.7- ESTADO:** Rio Grande do Sul
- 1.8- NÍVEL DE ENSINO OFERTADO:** Ensino Fundamental
- 1.9- TURNO DE FUNCIONAMENTO:** manhã e tarde
- 1.10- SÉRIES ATENDIDAS:** Ensino Fundamental
- 1.11- DOCUMENTOS LEGAIS DA ESCOLA:**
  - 1.11.1- Lei de Criação:** nº 755 de 25 de abril de 2017
  - 1.11.2- Lei de denominação:** nº 748 de 29 de março de 2017
  - 1.11.3- Portaria de Autorização de Funcionamento:** 001/18 de 22 de fevereiro de 2018

## II- CONTEXTUALIZAÇÃO

### 2.1- HISTÓRIA DE MATO CASTELHANO

#### 2.1.1- Informações Gerais

**Data de Criação:** 30/3/1992

**Lei de Criação:** Lei n.º 9645

**Município(s) de origem:** Passo Fundo

**Área do Município - em km<sup>2</sup>:** 245,24

**Localiza-se:** a uma latitude 28°16'42" sul e a uma longitude 52°11'30" oeste, estando a uma altitude de 740 metros.

Durante a revolução farroupilha houve encontro entre as forças revolucionárias e imperiais neste município. A região foi palco de combates entre Chanchó Pereira e Gomercindo Saraiva durante a Revolução Federalista sendo que pela estrada antiga em certos pontos registraram-se marcos dos combates entre Chimangos e Maragatos.

Com o passar dos anos algumas famílias de imigrantes colonizadores começaram a se fixar na redondeza do Mato Castelhana. Em meados de 1900 chegam aqui os imigrantes italianos, os irmãos João, Carlos e Sílvio Manfroi e o jovem Severino Loss apenas 17 anos, para trabalhar na exploração de madeira araucária e erva-mate, muito abundantes na região. Mais tarde fixaram-se aqui as famílias Tussi, Loss, Amorose, Rosseto, Novello, Stieven, Grando, Saggiorato, oriundos de Antonio Prado/RS e Garibaldi/rs. Paralelo a exploração de madeira e o solo fértil, desenvolveu-se a agricultura de subsistência destacando-se a cultura de arroz, milho, feijão e pecuária.

Logo chegaram mais imigrantes italianos de Garibaldi/RS, dentre eles Jorge Manfroi, o qual juntamente com os filhos doou uma área de terra para a construção da primeira escola, fundada em 1923 com a denominação de Anita Garibaldi, em homenagem a terra natal dos doadores.

Junto com os primeiros imigrantes italianos, foi trazido na bagagem a imagem de São Roque, o santo querido que lhes dava força, segurança e proteção numa época em que a fé substituí a medicina e a segurança pública. A primeira igreja foi construída no mesmo local onde hoje se encontra a igreja São Roque de Mato Castelhana, na sede do município, e o fizeram o padroeiro do local.

Mais tarde chegam também imigrantes espanhóis, alemães, entre outras etnias, e com a retirada da madeira dos pinhais surge a necessidade do reflorestamento. Em 1947, o instituto do pinho (antigo IBDF), comprou uma área de terra de 1340 hectares para esta finalidade e também criar reserva ecológica, hoje a Floresta Nacional de Passo Fundo, Instituto Chico Mendes de Conservação.

Mato Castelhana fazia parte do município de Passo Fundo, sendo um distrito, uma vila, e os moradores resolveram montar então uma comissão para emancipar o município, foram grandes as manifestações de apoio por parte da comunidade e, então no dia 10 de novembro de 1991, o eleitorado foi às urnas para votar no plebiscito que tinha como intenção decidir o futuro político da comunidade. Conforme esperado, 80% dos eleitores votaram favoráveis a emancipação.

Dentre tropeços e lideranças contrárias ao processo de emancipação, após muitas discussões e debates emancipacionistas, em 31 de março de 1992, foi publicado então no Diário Oficial do Estado a Lei Estadual n.º 9645, criando o município de Mato Castelhana.

O município possui aproximadamente 2.470 habitantes e é basicamente agrícola, tendo a soja, o milho, o trigo, pastagens, e a pecuária de leite e corte como suas principais atividades.

Hoje ainda é forte a expressão neste local por abrigar uma floresta nacional, a BR 285 que corta o município em toda a sua extensão e que é ponto de ligação direta com o Mercosul e com o resto do país, sendo ainda importante divisor de águas e origem de nascentes de bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul.

### 2.1.2- Aspectos Geográficos

Mato Castelhana, emancipado em 31 de março de 1992, localiza-se no Km 272,7 da BR 285, à 25km do município de Passo Fundo, **na Região do Planalto Médio.**

Limita-se com:

NORTE: Coxilha e Vila Lângaro;

SUL: Marau e Gentil;

LESTE: Gentil e Água Santa;

OESTE: Passo Fundo.

A população da zona rural encontra-se dividida em 12 comunidades, sendo elas: Nossa Senhora Consoladora- Capingui, Butiazinho, Povinho Velho, Divino Espírito Santo,

Santo Antonio dos Gregolos, Santo Antonio dos Pobres, Campina dos Novellos, Rincão da Esperança, Tijuco Preto, Nossa Senhora de Lourdes, Rincão dos Lopes e São Pedro do Rio do Peixe.

O relevo da área é um planalto próprio para a agricultura e a pecuária. O nível de precipitação pluviométrica é regular chovendo com maior intensidade na estação do inverno.

O Município está localizado no divisor de águas da bacia hidrográfica do Rio Uruguai (com nascentes dos Rios Passo Fundo, Pirassucê e Tapejara) e bacia hidrográfica do Rio Jacuí (com nascentes dos Rios Jacuí, Capingüí/Taquarí e Arroios Cachoeirão /Marau)

A altitude média é de 740m do nível do mar. A média de chuva é de 1800mm anuais, com maior precipitação no período do inverno.

O clima é do tipo mesotérmico ou subtropical. Apresenta quatro estações bem definidas, e grande amplitude térmica. Atuação de massas tropicais populares provocando a queda da temperatura e graus negativos e a presença de ventos frios e secos, vento Norte e vento Minuano. Temperatura média anual entre 15° a 18°C.

A média de chuva é de 1800mm anuais, com maior precipitação no período do inverno.

A flora nativa, apesar da devastação verificada em nosso Estado, ainda sobrevivem à araucária, a canela, o cedro, o bugre, o angico, o pessegueiro do mato, o guamirim, a pimenteira, o cambará, a bragatinga, a cedrilha, a canjerana, a pitangueira, a cerejeira, entre outras. A erva-mate é uma variedade importante na região nativa ou cultivada.

A flora cultivada está representada pela produção de pinus ilhotes, com 320 hectares de área plantada; eucaliptos com 160 hectares de cultivo e a erva-mate com 210 hectares de produção.

Antigamente foram extintas quase que totalmente as primeiras araucárias brasileiras, mas Mato Castelhana é uma localidade privilegiada, pois possui o Parque nacional CHICO MENDES, antigo IBAMA, que com muito trabalho fez o reflorestamento destas.



### 2.1.3- Aspectos Demográficos

Conforme o censo 2010 a população de Mato Castelhana é distribuída entre homens e mulheres. A população masculina representa 1.292, enquanto a população feminina é de 1.178 hab. *Em Mato Castelhana, existem mais homens do que mulheres. Sendo a população composta de 47.69% de mulheres e 52.31% de homens.*

	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Urbana</i>	260	261
<i>Rural</i>	1033	935

Censo 2010

#### **a- Ocupação da população**

Pessoas empregadas com carteira assinada	324
Militares e funcionários públicos	89
Sem carteira assinada	136
Trabalho por conta própria	483
Empregadores	41
Não remunerados	10
Produção de subsistência	67
Agricultura	740

*ocupação da população- Censo 2010*

Como se pode perceber na tabela acima, a ocupação da população de Mato Castelhana é agrícola, com produção principalmente de subsistência.

#### **b- Rendimento financeiro até:**

1/8 salário mínimo	90
1/4 salário mínimo	104
1/2 salário mínimo	452
1 salário	673
2 salários	654
3 salários	150
5 salários	168
10 salários	29
Mais de 10 salários	21
Sem rendimento	80

*- Rendimento- Censo 2010*

**c- Escolarização**

Pessoas em creches ou escolas	519
Que freqüentam classe de alfabetização	28
Na educação de jovens e adultos	2
No Ensino Fundamental	335
Ensino Médio	96
Ensino Superior	39
Sem escolarização e, ou Fundamental Incompleto	1307

Tabela 06- escolarização- Censo 2010

**d- Religião**

RELIGIÃO	POPULAÇÃO	PORCENTAGEM
Católica Apostólica Romana	2.167	87.73%
Espírita	0	11%
Evangélica	271	35%
Índice de Desenvolvimento Humano	-	0.727
População residente	2.470	-
População residente-homens	1.292	-
População residente-mulheres	1.178	-
População residente que Freqüentava creche ou escola	519	-

Tabela7-Religião- Censo 2010

Segundo as pesquisas realizadas, Mato Castelhana num contexto geral está em fase de crescimento em todos os setores com probabilidade de aumento deste crescimento.

**2.1.4- Aspectos Socioeconômicos**

As atividades econômicas estão centradas na agricultura, pecuária, e comércio local consequentemente são essas atividades que possibilitam o maior desenvolvimento do Município nos seus diversos setores. A agricultura é a atividade predominante, os cultivos são de soja (predominante), arroz, aveia, milho, trigo e cultivo de hortaliças.

Na pecuária, predomina-se a criação de bovinos e na produção de leite. Também, criação de aves e porcos.

O Município oferece a prestação de serviços na manutenção de estradas, no troca-troca de sementes, de mudas de árvores frutíferas, como também, oferece serviços com máquinas e implementos agrícolas. Para a produção de bovinos disponibiliza de um profissional veterinário e, de funcionários preparados para fazer inseminação no gado leiteiro, melhorando assim, a genética e a produção.

#### 2.1.5- Aspectos Culturais

A cultura no Município tem origens italianas, alemãs e pratica as tradições gaúchas.

Entre os eventos culturais mais significativos destaca-se a Semana do Município, da Pátria, Farroupilha, da criança, Natal na Praça, rota gastronômica, encontros de terceira idade, e festas comunitárias.

Oferece-se também escolinha de dança, ginástica adulta, infantil e mirim, oficinas de artesanato, alimentação, beleza, vestuário entre outras.

Nas tradições e cultura, com a influência urbana e dos meios de comunicação, percebe-se mudanças em relação a atitudes e valores dentro das famílias e da própria comunidade, sendo que as aspirações que idealizam para o futuro são voltadas a realização intelectual e profissional, como também, ao resgate e a preservação de nossas raízes culturais.

#### 2.1.6- Aspectos Desportivos

No Município existe um ginásio poliesportivo na sede e, outro localizado na localidade de Rincão da Esperança com quadras esportivas internas para prática esportiva.

É realizado campeonato municipal de futebol e, é oferecido semanalmente aulas na escolinha de futsal na sede do Município.

No âmbito escolar, as escolas locais participam de eventos regionais em todas as modalidades e categorias. Quanto ao lazer, predominam as festas, os jogos de bocha e futebol.

## 2.2- HISTÓRIA DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Antonia localiza-se na Rua Zelfira Loss, s/n, centro, município de Mato Castelhana.

Fundada neste ano de 2018, atende, inicialmente, alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental.

Sua construção foi a muitos anos idealizada pela Administração Municipal para atender as exigências da LDBEN 9394/96, que determina que é dever do município oferecer esta modalidade de ensino e, também para oferecer melhores condições de ensino à população de Mato Castelhana, pois, atualmente, o município contava apenas com a escola estadual localizada na sede, para atender toda a demanda dos alunos das comunidades: Capingui, Santo Antônio dos Gregolos, Divino Espírito Santo, Povinho Velho, Nossa Senhora de Lourdes, Rincão dos Lopes e Butiazinho.

A Escola conta quatro blocos, tendo quatro salas de aula, sala de informática, sala de leitura, sala de apoio pedagógico, sala dos professores, sala da direção, secretaria, almoxarifado, banheiro para professores, banheiro para alunos, cozinha, área de serviço, despensa, pátio fechado que serve também como refeitório, parque infantil.

A Escola Municipal Maria Antonia, está assim estruturada:

- Atende uma clientela de 220 alunos, nos turnos manhã e tarde.
- Possui um quadro de 22 professores, distribuídos como regentes de classe, equipe diretiva e projetos, todos com nível superior.
- 10 funcionárias (assistentes, monitora, serventes, merendeiras e guarda escolar).

O trabalho da Escola procura ser em consonância com as exigências legais, conforme a LDBEN, nº 9394/96 e demais pareceres.

Tem sua ação pedagógica organizada sobre projetos que integram todos os segmentos da escola e comunidade, sendo os seguintes:

- a) Inglês
- b) Lúdico na escola
- c) Música
- d) Apoio Pedagógico
- e) Programa União faz a Vida, com diversas parcerias onde são trabalhados temas como: Cidadania, Meio Ambiente e Resgate Histórico.
- f) Cultura digital – **Resolução n°15**

No decorrer do ano letivo, pequenos projetos são executados dentro de ações mais diretas como festival de dança, folclore, criança, jogos, Natal, Páscoa, feira do livro, entre outros.

O fazer pedagógico vem ao encontro das reais necessidades do aluno, buscando fazer um trabalho corpo a corpo, tendo sempre presente a filosofia de preparar um cidadão consciente, atuante transformando a sociedade em que vive.

## 2.3- A HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Os analistas da educação brasileira afirmam que somente no final do Império e no começo da República delinea-se uma política educacional, fruto do fortalecimento do estado, pois, até então, a política educacional era feita exclusivamente no âmbito da sociedade civil, pela Igreja Católica.

Durante a época do Brasil Colônia (1500- 1822), a educação assegurava, o domínio dos portugueses sobre os índios e negros escravos. No final deste período e durante o Império, (1822-1889) a educação passa a reproduzir ideologia e estrutura de classes. A partir da Primeira República (1889-1930), ela passa a ser valorizada como instrumento de reprodução das relações de produção.

Até os anos 20, a educação era utilizada como distintivo social. As camadas médias – altas procuravam-na como principal via de ascensão social e prestígio da classe dominante. Nesta sociedade, ainda não havia uma função “educadora” para os níveis médio e primário.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, estruturou-se a universidade pela fusão de várias instituições isoladas de ensino superior, criou-se o sistema nacional de ensino, até então inexistente.

A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse as atividades do ensino primário e o ensino religioso tornou-se optativo. Parte desta legislação foi absorvida pela Constituição de 1937, na qual estiveram presentes dois novos parâmetros: o ensino profissionalizante e a obrigação das indústrias e dos sindicatos de criarem escolas de aprendizagem, na sua área de especialidade, para os filhos de seus funcionários. Ainda, declarou-se obrigatória a introdução da educação moral e política nos currículos. Portanto, a sociedade brasileira passou a tomar consciência da importância estratégica da educação para assegurar e consolidar as mudanças econômicas e políticas que estavam sendo empreendidas.

A urbanização e a industrialização foram fatores que influenciaram a escolarização da população, pois o período de 1920 a 1940, a taxa de analfabetismo sofreu uma sensível queda.

Com o final da Segunda Guerra Mundial e, o cenário social que o Brasil estava vivendo, surgiu novas necessidades que a educação não podia ignorar. Assim, depois de muitos debates travados, em 1961 foi aprovada a Lei nº 4024, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. Seus dispositivos mais significativos eram:

- Tanto o setor público como o setor privado têm o direito de ministrar o ensino em todos os níveis.
- O Estado pode subvencionar a iniciativa particular no oferecimento de serviços educacionais.
- A estrutura do ensino manteve a mesma organização anterior, ou seja:
  - *Ensino pré-primário*, composto de escolas maternais e jardins de infância.
  - *Ensino primário* de quatro anos, com possibilidade de acréscimo de mais dois anos para programa de artes aplicadas.
  - *Ensino médio*, subdividido em dois ciclos: o ginasial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Ambos compreendiam o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores).
  - *Ensino superior*.
    - Flexibilidade de organização curricular, o que não pressupõe um currículo fixo e único em todo o território nacional.

Entre 1950 e 1960, o país conheceu as maiores taxas de expansão da alfabetização. Isto se deve ao fato de que, a partir de 1947, foram instaladas classes de ensino supletivo na maior parte dos municípios. De certa forma, tal ensino incentivou a matrícula em cursos profissionais ou pré-profissionais de nível primário. As classes de supletivo e as de ensino complementar (pré-profissional e profissional) em conjunto foram frequentadas por mais de 400 mil alunos cada ano, por treze anos consecutivos. Assim, o supletivo composto por duas séries escolares, entre 1947 e 1959, alfabetizou cerca de 5,2 milhões de alunos. A taxa de analfabetos que, em 1950, era de 50%, atingiu 33,1% em 1970. Assim, as mudanças foram sensíveis: a população total quase atingiu a casa dos 100 milhões, a população urbana cresceu e o índice de alfabetização acompanhou a modificação do perfil populacional.

Um dos aspectos que mais marcaram o sistema educacional a partir de 1950 foi a expansão geral do ensino. No Brasil, as matrículas de ensino primário e de ensino médio, entre 1920 e 1970, ultrapassaram os índices de crescimento populacional. Em outros termos, boa parcela da população que estava à margem do sistema foi incorporada.

Houve a expansão do número de matrículas, mas o sistema de ensino era incapaz de assegurar o acesso da população aos níveis de ensino médio e superior.

Até a década de 70, o sistema compreendia quatro níveis básicos, que atendiam diferentes faixas etárias, enquanto o ensino obrigatório restringindo-se à escola primária de quatro anos.

Com a Lei n.º 5.692/71, a escola primária e o ginásio foram fundidos e denominados de ensino de 1º grau. O antigo colégio passou a se chamar ensino de 2º grau. O ensino obrigatório estendeu-se, assim, para oito anos, embora a terminologia unificada não correspondesse a uma organização integrada das oito séries. As quatro primeiras séries continuaram a ser atendidas por um único professor, do qual não era exigido nível superior, mas apenas formação para magistério em nível médio. As quatro séries finais do 1º grau e o 2º grau permaneceram divididas em disciplinas ministradas por diferentes docentes, dos quais se exigia, ao menos formalmente, educação superior.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o sistema educacional brasileiro passou por um processo de modificação, culminando com a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), que alterou a organização do sistema escolar, bem como a sua denominação;



Níveis e subdivisões		Duração	Faixa etária	
<b>Educação básica</b>	Educação infantil	Creche	4 anos	De 0 a 3 anos
		Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
	Ensino fundamental (obrigatório)		8 anos	De 7 a 14 anos
	Ensino médio		3 anos	De 15 a 17 anos
<b>Educação superior</b>	Cursos por área		Variável	Acima de 17 anos

O atendimento de 0 a 3 anos (creches) e de 4 a 6 anos (pré-escola) passou a ser denominado Educação Infantil. Os antigos 1º e 2º graus passaram à denominação Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente. A LDB reduz a dois os níveis de educação escolar: o da educação básica (composta por educação infantil, ensino fundamental e médio), e a educação superior. Apresenta a educação profissional como modalidade de ensino articulada com esses níveis, embora a admita, como habilitação profissional, nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. Outras modalidades de ensino; como a educação especial e a educação indígena, ganharam especificidade dentro da nova forma de organização.

### III- FILOSOFIA DA ESCOLA

Proporcionar ao educando uma educação formadora de cidadãos críticos, questionadores e desafiadores, que sejam agentes de transformação da sociedade em que estão inseridos, vivenciando o espírito de solidariedade, de justiça, permeados pela responsabilidade, comprometimento e consciência de seus atos, mantendo um bom relacionamento com o seu próximo e com a natureza.

### IV- OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao educando a formação necessária, despertando a sua consciência crítica para o exercício consciente da cidadania, desenvolvendo potencialidades e valores como elementos de auto realização, orientação para o trabalho, valorizando o meio em que vive, assumindo o verdadeiro respeito pela dignidade do ser humano, formando assim, agentes de transformação social.

### INTRODUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A etapa do Ensino Fundamental tem 9 anos de duração, com matrícula obrigatória para crianças a partir dos seis anos de idade e compreende duas fases sequentes e distintas: Anos iniciais- com 5 anos de duração e Anos finais- com 4 anos de duração.

Como se pode perceber, a fase inicial do Ensino Fundamental é a mais longa, e não menos importante, pois sabe-se que neste período os sujeitos envolvidos estão em transição, passando por transformações físicas, cognitivas e sócio afetivas. E também, por se tratar da fase que abrange a alfabetização e o desenvolvimento gradativo dos conhecimentos adquiridos anteriormente.

Sendo assim torna-se importante observar as características que compõem a fase dos Anos Iniciais para a construção de uma proposta pedagógica que atenda as necessidades do educando nesta faixa etária, o contexto ao qual estão inseridos, respeitando as pluralidades da comunidade escolar.

Neste sentido a fase dos Anos Iniciais tem como objetivos:

## V- OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

- Desenvolver valores e competências necessárias para a integração e inclusão do educando na sociedade, valorizando e respeitando suas potencialidades habilidades e dificuldades.

- Articular a inclusão criando espaços próprios de convivência, estimulação, acolhimento e respeito, através de uma prática educativa que promova a autoestima, autonomia e capacidade criativa do aluno e de sua família;

- Atender o educando por meio de programas suplementares, onde o fato educativo seja prioritário, respeitando as características individuais, através de aulas de reforço e atendimento aos alunos com necessidades especiais em sala de recursos multifuncional, bem como buscar o envolvimento da família no processo ensino- aprendizagem;

- Aprimorar o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, estimulando o desenvolvimento da capacidade de aprender, preocupando-se com o desenvolvimento integral do educando, preparando-o para o exercício da cidadania.

- Compreender a evolução social, valorizando o ambiente natural de forma crítica e contextualizada;

- Valorizar a importância do conhecimento visando a transversalidade de temas transdisciplinares nas diferentes áreas de estudo;

- Fortalecer os laços familiares e escolares compreendendo a necessidade de convivência solidária e fraterna em todos os momentos da existência humana provocando uma construção coletiva.

- Buscar a participação e integração Família- Escola -Comunidade na elaboração de projetos especiais cooperativos, palestras, encontros e eventos promovidos pela Escola;

## VI- OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

- Desenvolver um processo educativo voltado a atender as necessidades e interesses do meio em que o aluno está inserido, fortalecendo o vínculo com a família.

- Oferecer oportunidades para o aluno participar da construção do processo ensino-aprendizagem, como protagonista, desenvolvendo a sua capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e dos cálculos.
- Oferecer ao aluno estratégias diversificadas para que ele possa construir seu próprio conhecimento contemplando uma alfabetização lúdica, principalmente nos três primeiros anos.
- Proporcionar ao aluno um espaço de criatividade, de construção, onde desenvolva habilidades nas mais diversas áreas.
- Proporcionar ao aluno um ambiente em que desenvolva a empatia, a cooperação e a solidariedade, compreendendo que estes são os princípios de uma sociedade mais justa e melhor para se conviver.

## VII- OBJETIVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Promover as condições necessárias para o ingresso e permanência de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, propondo e acompanhando ações de eliminação de barreiras, potencializando o processo ensino aprendizagem por meio da utilização de recursos necessários, de acordo com as diferenças individuais de cada um, promovendo e participando de estudos e debates sobre a Educação Especial, qualificando a ação pedagógica em benefício de todos.

## VIII- OBJETIVO GERAL DO PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Sistematizar de forma participativa e democrática o trabalho escolar, fundamentado nos princípios de contextualização que envolva todos os segmentos; escola - família-comunidade, com vistas à solucionar os problemas levantados e alcançar as metas projetada.

## 9- PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A AÇÃO PEDAGÓGICA

### 9.1- CONCEPÇÃO DE MUNDO- HOMEM-SOCIEDADE-ESCOLA-EDUCAÇÃO

A sociedade atual em que estamos inseridos amplia o papel e o significado da educação escolar, exigindo que a mesma atue em aberta e constante interação com a dinamicidade da vida. Neste contexto, a Escola assume cada vez mais atribuições específicas na formação das pessoas de sua comunidade.

Este contexto sócio - econômico atinge diretamente o contexto educacional, o qual exige um novo paradigma de escola e de educação, que venham contemplar a relação entre desenvolvimento sócio cultural e econômico e democrático cujo eixo norteador seja a concepção de sujeito.

Nessa perspectiva é necessário que toda a sociedade brasileira comece a responder aos problemas e desafios da atualidade, principalmente dentro da educação, onde esteja comprometido com as mudanças necessárias para a construção de conhecimentos significativos, de um sujeito cidadão capaz de transformar uma sociedade e os modelos sociais, políticos e econômicos que tecemos hoje.

Partindo deste pressuposto, a Escola cada vez mais se apresenta como um local onde a dignidade da vida constitui-se como referencial maior na construção de uma sociedade justa e fraterna.

A escola nesta perspectiva não tem intenção de postular uma nova escola, ou mesmo superar as dificuldades sociais, políticas e econômicas de sua comunidade, mas tentar criar e redimensionar a própria escola em busca do exercício de cidadania e promoção do ser humano, como agente de transformação da realidade, sendo instrumento para situar o cidadão no âmbito de sua realidade social e na comunidade onde está inserido, como sujeito de seu próprio relacionamento, tendo capacidade de se posicionar num mundo e na sociedade de forma crítica e reivindicar seus direitos como cidadão.

## 9.2- A ESCOLA QUE QUEREMOS - CONCEPÇÃO DE ESCOLA

A Escola tem por objetivo garantir que as novas gerações tenham acesso ao legado cultural da humanidade. É um espaço geográfico e histórico onde a educação dá-se de forma intencional, estruturada, sistematizada e explícita. Nela, o conhecimento é assimilado, apropriado e construído ativamente, revestindo-se de criticidade e inovação, colaborando para o avanço cultural e atendendo às novas necessidades do ser humano.

Assim, A Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Antonia, idealiza:

- Ser uma escola com envolvimento entre Escola x Família x Comunidade num espaço democrático para a organização curricular, sendo um campo fértil, um campo a ser explorado, recriado.
- Não ser entendida como homogênea e única, mas sim, um espaço de desafios constantes.
- Não deve ser entendida como um local para repassar conteúdos, mas de relações onde às informações possam ser elemento mediador ou instrumento para o conhecimento nas diferentes instâncias onde as relações humanas se estabelecem.
- A escola ideal é aquela onde o aluno pensa, constrói, participa, produz e faz parte do processo.
- Escola ideal é onde pais são convidados para pensar a educação com os professores trabalhando e planejando juntos, valorizando o conhecimento do aluno e sua realidade.
- Que renova práticas escolares, trabalhando de forma multidisciplinar, usando abordagens diferentes, estimulando os sentidos, planejando a maneira de pensar e ser escola, e, acima de tudo, revendo uma nova maneira de avaliar.
- Que perceba que há necessidade de mudança já é um grande passo para mudar de fato e para que haja transformação teoria e prática deveriam estar próximas, pois toda a prática deve estar fundamentada e orientada por uma teoria.

- Quando o profissional da educação tomar consciência do papel fundamental que desempenha na formação educacional de seus alunos.
- Deveria ser um espaço para as pessoas se realizarem como cidadãos, se tornando sujeitos do próprio conhecimento.
- A escola que fornece condições para a aprendizagem, utilizando uma metodologia atual e dinâmica.
- Que reconheça a necessidade da participação construtiva do aluno no processo de aprendizagem.
- Com um currículo organizado por áreas de conhecimentos e temas geradores.
- Onde a sala de aula fosse um local de reflexão e de situações de aprendizagens para o aluno, sendo este orientado por um educador atualizado, mediador do conhecimento, facilitador das aprendizagens e não um transmissor de conteúdos.
- Com um planejamento como parte mais importante de qualquer Projeto Pedagógico, pois é ele que define os objetivos, prioridades e as estratégias. É no Projeto Pedagógico que o professor deveria depositar seu conhecimento em favor de um trabalho produtivo.
- O professor deveria pensar de maneira diferente o ato de aprendizagem, vendo o conhecimento como construção e não como algo pronto e transmissível, inovando a cada dia, tendo comprometimento com o trabalho que realiza, pensando o aluno como ser único e na sua totalidade, respeitando sua individualidade.
- É compromisso de uma escola inovadora pensar a avaliação como uma reflexão da ação praticada conjuntamente entre professor e aluno, verificando se os objetivos foram alcançados remetendo-se ao Projeto Pedagógico da escola, pois este é significativo por ter sido planejado com a participação de toda a comunidade escolar.

A partir da busca de formação, da ação conjunta, do pensar pedagógico, do planejamento, do conhecimento do contexto e da realidade que envolve a comunidade escolar surgirão novas idéias para enriquecer novas práticas pedagógicas do educador.

Haverá transformações verdadeiras quando a escola traçar metas conscientes e significativas, pois se quisermos formar indivíduos autônomos, críticos, com liberdade de exercer seus direitos de cidadão devemos planejar com a comunidade escolar, pois o planejamento é um dos principais instrumentos que conduz este ideal.

A Escola tem como compromisso o desenvolvimento do ser humano, colaborando, de forma sistematizada e direcionada, para sua formação por meio da veiculação e produção de conhecimentos socialmente válidos. A estreita relação com a comunidade é perseguida, levando em conta suas características e necessidades.



### 9.3-TENDÊNCIA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

O ensino requer planejamento, organização e sistematização dos conhecimentos, buscando atingir, em cada etapa de ensino, as expectativas de aprendizagem. Por isso, a Escola defende o ensino não apenas de conteúdos, mas também de valores, conceitos, atitudes e competências, que, certamente, contribuirão com a formação de cada indivíduo.

Assim, a Emef. Maria Antonia, seguindo as orientações descritas nos PCNs, trazem as seguintes concepções:

- O aluno como sujeito de sua própria formação dentro do seu processo interativo onde o professor também é sujeito do conhecimento;
- Conteúdos escolares devem estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico;
- Escola é espaço de formação e informação;
- A escola apresenta função socializadora.

Na proposta dos PCNs se concebe a educação escolar como prática que possibilita condições para que os alunos aprendam os conteúdos necessários para exercício de cidadania em uma sociedade democrática. A formação escolar desenvolve competências e consciência profissional, mas não podem restringir-se a demanda pelo mercado de trabalho.

A escola dá abertura a participação de alunos, pais, membros da comunidade e professores na elaboração do processo educativo próprio levando em consideração a particularidade de cada instituição numa prática de reflexão coletiva.

A aprendizagem e o ensino devem ter uma relação mútua; educando numa perspectiva construtivista.

O professor deve elaborar propostas claras de como ensinar e avaliar, elaborar planejamento de atividades de ensino para uma aprendizagem de maneira adequada e coerente com os objetivos, elaborando atividades diárias ajustando as situações de aprendizagem dos alunos.

Os PCNs estão engajados dentro da corrente pedagógica libertadora, mas que lentamente irá se transformando, pois ainda há fatores de escola tradicional presentes na Educação Nacional.

A Escola Maria Antônia segue os princípios já elencados dentro das teorias construtivistas e crítica social dos conteúdos, tendo consciência de que a aprendizagem se faz na ação, portanto educador e educando precisam estabelecer um relacionamento de interação onde possam buscar o conhecimento de forma prazerosa, porém comprometidos com o processo educativo e com o crescimento do sujeito desse processo: O Aluno.

#### 9.4- METODOLOGIA DE ENSINO

Considerando que a aprendizagem se dá num processo contínuo e gradativo e que o desenvolvimento se dá relação estabelecida entre o sujeito, sua carga genética, sua história pessoal e o meio onde está inserido (objetos, valores morais e existência do outro). E ainda que, segundo Vigotsky o desenvolvimento individual se dá num ambiente social determinado e na relação com o outro, nas mais diversas esferas e níveis da atividade humana, sendo essencial para o processo de construção do ser psicológico e individual, possibilidade de alteração no desempenho de uma pessoa pela interferência de outra é fundamental.

O processo de ensino-aprendizagem na escola deve ser construído tendo como ponto de partida o nível de desenvolvimento em que a criança se encontra. Aquilo que ela pode fazer sozinha e aquilo em que ela ainda necessita da ajuda de outros para fazer.

A criança utiliza uma lógica diferente para pensar em cada etapa da vida, porém as idades em que elas aparecem são relativas, pois o desenvolvimento de cada um depende da interação do sujeito com o meio.

Já que o processo de ensino-aprendizagem na escola deve ser construído e o professor oportunizará situações em grupo e individuais favorecendo a interação.

Em síntese a metodologia consiste em não oferecer tudo pronto, mas sim fazer e, ou aguçar permitindo que as hipóteses de cada um surjam das suas tentativas de soluções e, possam ser socializadas e discutidas pelo grupo.

Visa o desenvolvimento das competências intelectuais, éticas e estéticas necessárias a formação do ser humano preparando-o para interferir em seu meio.

Leva em conta a complexibilidade progressiva dos conhecimentos e dos níveis de desenvolvimento do aluno durante o Ensino Fundamental, servindo de marcos para a aprendizagem.

Abrange situações de aprendizagem que atendam os compromissos científicos e filosóficos da escola, SABER, FAZER, SER e CONVIVER, valorizando os conhecimentos prévios, a cultura da comunidade e propiciando o acesso ao saber local, regional e

universal, voltada para uma educação interdisciplinar e tendo como meta o “aprender a fazer”.

A organização curricular contempla uma ampla diversificação dos tipos de estudos disponíveis, que estimulam, a partir de uma base comum, o domínio do conhecimento e mobilizam o raciocínio, a experimentação, a solução de problemas e outras competências cognitivas superiores, oferecendo opções de acordo com as características de seus alunos e as demandas do meio social.

As situações de ensino – aprendizagem, coerentes com os princípios estéticos políticos e éticos, abrangem:

A estética da sensibilidade vista como uma atitude diante de todas as formas de expressão e possibilidades de construção do conhecimento;

A política da igualdade que se traduz pela compreensão e respeito ao Estado de Direito e a seus princípios construtivos abrigados na Constituição;

A ética de identidade, que se constitui a partir da estética da sensibilidade e da política da igualdade, tendo como ideal o de um tempo de transição.

A linha metodológica deve ser:

- Compromisso com a vida, com a realidade e com os interesses dos educandos;
- Compromisso com a justiça social, com o respeito as diferenças e o multiculturalismo;
- Compromisso com as transformações da realidade, oportunizando acesso a inovações e tecnologia;
- Compromisso com um currículo crítico, democrático, transformador que respeite a bagagem cultural advinda da realidade de cada educando;
- Compromisso com a construção de um currículo flexível, com a garantia de qualidade pedagógica entre os saberes vividos e escolares, numa perspectiva transformadora, humanística e solidária.

## 9.5 - CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

O currículo é movimento e envolve valores e práticas docentes e institucionais com o intuito de ampliar e construir novos conhecimentos. É o currículo que organiza o que será ensinado e aprendido em termos de conhecimento para a promoção do desenvolvimento integral dos alunos. Ainda se configura como um conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados, cumprindo papel relevante na construção das identidades socioculturais a partir de um processo educacional, que, garantindo a qualidade das aprendizagens, é:

*[...] constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. (BRASIL, 2010b, p. 28).*

O currículo deve ser o sustentáculo para as ações do processo educacional, apontando os princípios, as diretrizes, os objetivos, as estratégias, os conceitos e os métodos, contextualizados pela realidade, com o compromisso de corresponder aos anseios da comunidade escolar, tendo como foco orientar as atividades de autonomia e liberdade.

O currículo escolar, numa visão democrática, deve referendar a expressão da realidade e, de forma contextualizada, deve fazer com que os conteúdos institucionalizados possam servir para a construção da cidadania a apropriação do conhecimento pelos sujeitos da práxis pedagógica.

O currículo, sendo o quadro referencial da práxis pedagógica deve primar pelo essencial, pelo significativo, fazendo com que o sujeito se aproprie do saber e possa interferir transformando a própria realidade e de forma solidária e justa, contribuindo para a formação de uma sociedade mais humanizada onde todos possam ver atendidos os seus direitos.

O currículo escolar abrangente deve privilegiar a discussão, a pesquisa e a busca pelo desenvolvimento integral do educando.

## 9.6- OBJETIVOS E CONTEÚDOS

Os objetivos e as metas educacionais devem estar em sintonia com os conteúdos elencados, de acordo com a tendência pedagógica manifestada pela escola.

Os conteúdos selecionados devem ser significados e contextualizados de forma à alcançar os objetivos propostos.

Os projetos trabalhados interdisciplinarmente elevam o nível de preocupação com os princípios democráticos e tornam os conteúdos adequados ao nível de competências exigidas para a adequação do desenvolvimento global do educando.

Desta forma, a escola procura trabalhar contextualizadamente, contemplando os objetivos e princípios fundamentais à formação geral, adequando os conteúdos (saberes institucionalizados) como forma de construção gradativa de conhecimentos e de acordo com as diretrizes da Constituinte Escolar.

## 9.7- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo educativo contínuo, que permite delinear, obter e fornecer informações úteis para a reflexão do fazer pedagógico, dando suporte para que o mesmo seja repensado e aprimorado com vistas a atingir melhores resultados no processo ensino- aprendizagem.

A avaliação permite redimensionar a prática do professor com relação ao aluno. Através da reflexão sobre sua atividade e da sua análise das situações enfrentadas no cotidiano, o professor tem condições de conhecer as características de cada aluno, seu ritmo de aprendizagem, a forma como as relações acontecem, o seu desenvolvimento tanto no que se relacione à aquisição dos conhecimentos, como nas atitudes e habilidades.

Este diagnóstico permite ao professor organizar sua atividade, modificando seu planejamento, tanto no que diz respeito à turma em geral como em relação a algum aluno em particular.

O processo de avaliação deve ser contínuo, dinâmico e global, levando em consideração o caminho percorrido de cada aluno na construção do conhecimento, valorizando todos os passos conquistados pela criança no dia a dia escolar.

A avaliação serve para realimentar o processo, orientando o professor que é o mediador do conhecimento, um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador, e, sobretudo, um organizador da aprendizagem nos caminhos a serem seguidos.

A avaliação é uma atividade didática permanente e necessária do trabalho docente, no acompanhamento sistemático do processo ensino aprendizagem.

A avaliação é importante se realizada com seriedade, com clareza dos critérios que devem ser comuns, com a finalidade de uma análise do que aconteceu das dificuldades encontradas, das vitórias alcançadas, da distância entre o ponto em que está e as metas almejadas, tanto do professor como do aluno.

Um educador comprometido com sua prática educacional tem na avaliação uma atividade bem definida, fundamentada, com um encaminhamento político, onde participação e a decisão é competência de todos.

A avaliação é contínua, processual e transformadora a empreender o processo de participação individual e coletivo. Contempla momentos de auto-avaliação grupal. A avaliação mútua gera um enriquecimento significativo no processo educativo. Por ser responsável, criativo, reflexivo, o aluno participa com o professor da composição de critérios para a avaliação. A exigência, a rigorosidade e a competência são propostas desenvolvidas com os alunos, num processo de relação de parceria, em que todos são responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso do grupo.

A educação se constrói pela reflexão antes de tudo e pelos resultados em segundo lugar. Por isto, a avaliação deve estar voltada, para a reflexão. Escola é lugar de se aprender, e aprender inclui errar. Errar faz parte do processo pedagógico e o aluno não pode ser punido por isso.

Em nossa reflexão sobre avaliação escolar devemos ter sim, o aluno como principal sujeito do processo de ensino aprendizagem, mas não o único a ser avaliado. Ele é um dos elementos desse processo que participa da avaliação, de diferentes formas e em diferentes momentos. Mas, antes de avaliar nosso aluno, é necessário que o professor pense a avaliação de uma maneira mais global, envolvendo tudo, e todos que participam do processo educacional na escola.



## 10- PRINCIPIOS E DIRETRIZES DA ESCOLA

O papel da escola é fundamentalmente a produção de maneira lógica, coerente e sistemática, os conhecimentos científicos, filosóficos e culturais acumulados historicamente pelo homem, individualmente ligados às experiências dos alunos e as realidades sociais. A escola assim, deve ser instrumento para situar o cidadão no âmbito de sua realidade social e na comunidade em que está inserido como sujeito de seu próprio relacionamento, tendo capacidade de se posicionar de forma crítica, como agente de transformação do meio em que vive.

Quando se pensa em escola, necessariamente, se pensa em proposta pedagógica. Numa época em que todos os sistemas educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, importa conceber a educação como um todo. Esta perspectiva, deve inspirar e orientar a educação baseada em princípios que venham ao encontro da contextualização sócio – econômica, política e educacional da sociedade que temos hoje e de que tipo de homem essa sociedade solicita? Que compromissos pode a escola assumir para cumprir seu verdadeiro papel na formação de cidadãos? Quais os rumos da escola diante do milênio que estamos? Das transformações sociais que estão ocorrendo no dia a dia de toda a sociedade? Que valores devem ser vivenciados para que a escola ofereça uma educação de qualidade sem cair no reducionismo materialista onde esquece o ser humano, mas que sejam vivenciados valores de promoção do ser humano?

A Proposta Político Pedagógica da Emef. Maria Antonia pretende definir linhas norteadoras de trabalho, pois a partir de discussões com a comunidade escolar, do conhecimento da realidade em que vive sua clientela, seus interesses e necessidades, procurará proporcionar condições para que o aluno construa seu conhecimento na interação com o meio em que vive. Neste contexto a escola propõe como princípios e diretrizes de sua Proposta Político Pedagógico:

### 10.1- PRINCÍPIOS:

- Educação como direito de todos.
- Educação libertadora, formadora de sujeitos e transformadores da realidade na perspectiva da construção de uma sociedade justa, democrática e humanista.
- Escola como espaço coletivo de construção de direitos e deveres (ética, valores, cidadania, responsabilidade), de exercício de democracia participativa, diálogo, justiça e igualdade.
- Escola como um espaço de compreensão crítica dos meios de comunicação, como um dos instrumentos da construção de uma sociedade justa e democrática.
- Respeito à diversidade cultural, ética de gênero e opção sexual, religiosa e política.
- Conhecimento Universal compreendido como um direito de todos, construído coletivamente como processo de desenvolvimento, apreensão e transformação da realidade e mediado pelo contexto histórico-social.
- Construção do conhecimento comprometido com a transformação social, referencial na realidade histórica, em interação com os diferentes saberes e valorização da cultura popular.
- A construção do conhecimento como processo coletivo e constante pressupõe a formação permanente dos /as trabalhadores/as em educação.
- Prática Educativa democrática, participativa e dialógica como pressuposto do processo de construção social do conhecimento.
- Educação fundada em valores humanistas (solidariedade, justiça social, honestidade, responsabilidade e respeito às diferenças, como condição da construção social do conhecimento).
- Escola como espaço de socialização coletiva do conhecimento.
- A Educação de qualidade social, direito de todos e dever do Estado, passa pela democratização do acesso e garantia de permanência e

aprendizagem, na Escola Pública, sem discriminação de qualquer natureza.

- A Escola compreendida como patrimônio da comunidade, deve ser um espaço público de cultura e lazer.
- Educação como base do desenvolvimento social, entendido como socialmente justo, ambientalmente sustentável, solidário e igualitário, que considero o homem e a mulher em sua relação com o meio e com os demais.
- Valorização da vida com qualidade social e condição digna de existência para todos.
- Educação como processo participativo de construção e apropriação do conhecimento e de tecnologias para transformação da sociedade.
- Educação como processo permanente de formação de sujeitos autônomos, com posição crítica frente as desigualdades e injustiças sociais.
- Escola como espaço de reflexão e construção das lutas e movimentos sociais no projeto de desenvolvimento social.

#### 10.2- DIRETRIZES:

- Fortalecimento da participação da comunidade na escola e da escola na comunidade, qualificando a integração escola-família-sociedade, para o comprometimento de todos no processo educativo.
- Avaliação constante da prática pedagógica, de forma dialógica, interdisciplinar e não excludente, por toda a comunidade escolar.
- Desenvolvimento a prática de avaliação da aprendizagem coerente com um processo pedagógico democrático, participativo e dialógico.
- Construção de um processo participativo de tomada de decisões administrativas, financeiras e pedagógicas, através da qualificação das relações entre Secretaria da Educação, Coordenadores de Educação e escolas, e de suas relações internas.

- Fortalecimento do Conselho Escolar como espaços representativos dos segmentos da comunidade escolar, de exercícios da democracia participativa e de capacidade política e formação de lideranças.
- Qualificação das instâncias representativas e setores da escola (Grêmios Estudantil, Conselho Escolar, Equipe Diretiva) para intensificar as práticas participativas.
- Posicionamento crítico frente aos meios de comunicação social e construção de formas alternativas para o acesso da comunidade escolar à informação.
- Planejamento participativo como instrumento de trabalho coletivo na escola.
- Participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção social do conhecimento.
- Reconstrução curricular a partir da realidade, contextualizada historicamente, valorizando o saber popular, articulado ao saber científico.
- Currículo voltado para as diferentes realidades e sujeitos.
- Currículo construído de forma interdisciplinar, integrando as áreas do conhecimento, através de propostas pedagógicas construídas a partir da realidade.
- Incentivo à pesquisa da realidade como metodologia de construção social do conhecimento.
- Processo ensino-aprendizagem embasado na relação dialética entre a prática e a teoria.
- Utilização crítica e democrática dos recursos tecnológicos e dos meios de comunicação social.
- Construção de práticas avaliativas contínuas, diagnósticas, investigativas, participativas, democráticas e emancipatórias, que levem em consideração o aluno como um todo, as diferenças individuais e os diferentes saberes.

- Superação da fragmentação do currículo, através da construção do conhecimento de forma interdisciplinar e de diferentes metodologias, que considerem os sujeitos com suas histórias e vivências.
- Educação ambiental como conhecimento integrado à totalidade do currículo escolar.
- Currículo escolar voltado às necessidades e aos interesses da população e articulado com a realidade social e histórica dos espaços urbanos e rurais em nível local, regional, mundial, considerando as diferenças culturais.
- Criação de mecanismos e espaços para apoio pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais, articulados à proposta pedagógica da escola.
- Qualificação da política pública de alimentação escolar.
- Adequação do espaço físico das escolas para atividades de construção do conhecimento, cultura, lazer e recreação.
- Fortalecimento de políticas que respeitem e promovam os direitos da criança e do adolescente.
- Preservação e utilização do patrimônio público através de programas elaborados com a comunidade.
- Articulação, proposição e execução de políticas educacionais em cooperação com a sociedade organizada e demais instituições públicas, na perspectiva do desenvolvimento social.
- Articulação de políticas públicas de atendimento especializado na área da saúde aos estudantes com necessidades educacionais especiais.
- Construção de um currículo contextualizado, que contribua para o desenvolvimento social na comunidade em que a escola se insere.
- Incentivo a práticas e projetos que contemplem o desenvolvimento da agricultura familiar e práticas agroecológicas.
- Qualificação da participação da comunidade escolar no orçamento Participativo como forma de potencializar o desenvolvimento na região.
- Desenvolvimento de práticas educacionais que recuperem e preservem o meio ambiente.

## XI- METAS E ESTRATÉGIAS

Nossa Escola elaborou algumas metas, junto às quais se tem uma estratégia para aplicá-las no fazer pedagógico.

- Respeito às diferenças culturais e sociais.
- Escuta e aceitação e/ou possível aplicação de uma sugestão.
  
- Construção de uma educação de qualidade.
- Cursos de formação continuada da docência.
  
- Exercício do tripé ação-reflexão-ação proposto por Paulo Freire, tendo como objetivo uma educação problematizadora como meio para despertar a consciência crítica.
- Reuniões pedagógicas e estudo na escola.
  
- Busca da coletividade para que todos os componentes envolvidos no processo sintam-se comprometidos com o mesmo, para o exercício democrático da prática pedagógica.
- Gestão democrática e planejamento docente.
  
- Cultivo da autonomia docente e discente.
- Diálogo da Equipe Diretiva com os professores e destes com os educandos.
  
- Inclusão do aluno com deficiência (visual, motora, auditiva, aprendizagem, etc), com respeito às suas individualidades.
- Encaminhamento do aluno para a Sala de Recursos Multifuncional e a prática pedagógica planejada a partir do saber do mesmo.
  
- Estabelecimento da inter-relação entre família-escola-comunidade, valorizando todos os segmentos como participantes do processo pedagógico.

- Desenvolvimento de momentos (reuniões, palestras, eventos), envolvendo a comunidade e a família.
- Consideração da importância do aspecto afetivo nas relações professor-aluno.
- Escuta, respeito, proximidade e criação de vínculos.
- Relevância do saber prévio do aluno no processo ensino- aprendizagem.
- Planejamento de atividades que valorizem tal saber.
- Estreitamento de relações entre a escola e o poder público como forma de atender as necessidades tanto administrativas, como pedagógicas, de manutenção e assistência geral, dando suporte teórico e prático a ação pedagógica.
- Aquisição de diversos materiais (livros, DVDs, material lúdico e pedagógico entre outros), além de assessoramento quando necessário.
- Resolução de conflitos encontrados no cotidiano escolar.
- Diálogo como condição básica para a aprendizagem, registros, encaminhamentos, palestras com orientações entre outros.
- Ampliação das capacidades (motora, leitora, reflexiva) do aluno com vistas a lhe proporcionar uma nova leitura de mundo.
- Projetos oferecidos na Parte Diversificada pela escola (Brincar, Ler é Ser, Inglês, Música)
- Suporte aos alunos com dificuldade de aprendizagem.
- Encaminhamento a classe de apoio e a Equipe Multidisciplinar.
- Estímulo à pesquisa discente, proporcionando ao aluno espaços de construção do espírito científico, incentivando a curiosidade, interesse e mobilização para busca e organização de informação, autonomia e responsabilidade, capacitando o aluno nas escolhas que faz como indivíduo e cidadão.

- Encaminhamento de leitura, rotatividade de obras literárias para despertar o gosto pela mesma, trabalhos abordando as leituras feitas, debates, discussões, etc, além da necessidade de se ter um profissional responsável pela biblioteca.



## XII- PROJETOS

### 12.1-PROJETO DE LÍNGUA INGLESA

#### **Objetivo Geral:**

Promover a prática da língua inglesa de forma contextualizada e lúdica. Proporcionar através de diferentes atividades o ensino prazeroso e afetivo, a fim de que os estudantes assimilem o novo idioma e percebam a proximidade deste em nossas vidas.

#### **Objetivos Específicos:**

- Vivenciar e utilizar o inglês como habilidade comunicativa;
- Ler, compreender e reconhecer palavras como fonte de informação;
- Ler e compreender textos e frases simples na língua inglesa, utilizando regras gramaticais;
- Utilizar expressões da língua inglesa em situações do cotidiano;
- Ler, compreender e interpretar textos em todos os níveis (léxico, semântico e cultural);
- Reconhecer e utilizar significados e conceitos através de conteúdos linguísticos.

#### **Justificativa**

A escolha pelo projeto de língua inglesa fundamenta-se a partir da consideração do fato de que a língua inglesa é uma língua universal, presente nas atividades cotidianas. Considerando que as crianças tem acesso a informação cada vez mais cedo, a aprendizagem desse idioma faz-se necessária.

O aprendizado de língua inglesa na infância, apresenta resultados positivos tanto na aquisição do idioma (que se dá de forma prazerosa e espontânea) quanto no desenvolvimento cognitivo, cultural e sensório-motor.

**Desenvolvimento:**

A carga horária do projeto será de uma hora semanal. As aulas serão baseadas nos princípios da abordagem comunicativa de ensino. Levando em conta os princípios que norteiam essa abordagem.

- Desenvolver as quatro habilidades (ouvir, falar, ler, escrever);
- Devem ser utilizados assuntos ou temas de interesse dos aprendizes;
- Ao fazer uso de textos, esses devem ser autênticos.
- a aquisição da língua – alvo se dá através de seu uso;
- A proficiência se desenvolve de forma gradativa;
- o ambiente da sala de aula deve encorajar o aluno e aprendizagem.

Sendo assim, através dos princípios da abordagem comunicativa a aprendizagem acontecerá através dos seguintes recursos e atividades:

- Imagens;
- Vídeos,
- Canções,
- Jogos,
- Brincadeiras,
- Teatro,
- Desenhos,
- Diálogos,
- atividades escritas.

Nas práticas serão enfatizados: gestos, entonações, expressões faciais, ações e circunstâncias, elementos que facilitam a compreensão dos elementos estudados e conseqüentemente a aprendizagem.

**Avaliação:**

A avaliação será feita pela participação e envolvimento dos alunos.

### 1.3- PROJETO BRINCAR- EDUCAÇÃO FÍSICA

#### **Objetivo Geral:**

Incentivar o hábito e o gosto pela Educação Física Escolar, oportunizando a iniciação à prática de esportes coletivos e individuais, lazer com as crianças. Através de atividades motoras e psicomotoras (intelectual, social, afetivo e motor) de recreação e de integração entre os alunos pela vivência lúdica estimulando o seu desenvolvimento global, descobrindo a sua corporeidade.

#### **Justificativa**

Levar nossos estudantes a uma visão mais ampla do conhecimento, desafiar e ampliar o aprendizado, bem como, criar um interesse maior pela disciplina, trabalhando de forma divertida, desafiando-os e levando-os a uma compreensão maior do mundo que os cerca.

*A Educação Física tem a finalidade de formar o indivíduo fisicamente, mentalmente e espiritualmente sadio. (VALADARES E ARAÚJO, 1999)*

#### **Metodologia:**

Serão desenvolvidas atividades que desenvolvam a lateralidade, o equilíbrio, percepção espacial, percepção temporal, coordenação motora, bem como jogos cooperativos, o domínio do corpo, a manipulação e o domínio de bola, discriminação auditiva, disciplina, etc.

Em cada aula, que será semanal, serão desenvolvidas atividades de aquecimento e na sequência uma atividade programada tendo um objetivo a ser alcançado no final.

As atividades podem ser:

- trabalhos com as mãos: movimentar punhos, dedos, segurar partes do corpo, encaixar objetos;

- Andar: de frente e de costas, com as mãos na cintura, olhos vendados, sobre a tábua no chão;
- saltando: no mesmo lugar, em duplas ou trios, abraçados pela cintura, com os pés juntos;
- correndo, marchando, trotando, imitando;
- discriminação auditiva: provocar sons com o próprio corpo, manipular objetos que fazem ruídos, bater palmas, dançar conforme o ritmo da música, etc;
- brincadeiras diversificadas ao ar livre de acordo com a vontade das crianças e o clima;
- momento de volta à calma: nesse momento os alunos irão ficar sentados, com atividades de respiração, alongamento e relaxamento, para que voltem a frequência cardíaca inicial da aula, sempre proporcionado com uma brincadeira ou cantiga.

**Avaliação:**

A avaliação será feita através de observações da construção de cada etapa do projeto, levando em conta o envolvimento individual e coletivo de cada estudante, bem como as relações feitas pelos mesmos durante o desenvolvimento das aulas.

#### 1.4 Projeto cultura digital

**Objetivo Geral**

Incentivar o aluno a utilizar a tecnologia a seu favor, buscando conhecimentos e habilidades tecnológicas, conectando o aluno com a atualidade.

**Justificativa**

Levar nossos alunos a ressignificar o uso consciente e o agir perante a tecnologia, ampliando seu repertório cultural, tecnológico e científico a partir do domínio de diferentes mecanismos de pesquisa disponíveis, fazendo a utilização responsável da tecnologia.

**Metodologia**

As aulas serão desenvolvidas por um professor específico, a mesma será desenvolvida em um período por semana, estimulando o interesse no aluno a desenvolver as competências digitais. No qual o professor inicia com a parte teórica e na sequência convida o aluno a desenvolver a teoria na prática, utilizando de computadores dispostos na escola.

**Avaliação:**

A avaliação será feita através de observações da construção de cada etapa do projeto, levando em conta o envolvimento individual e coletivo de cada estudante, bem como as relações feitas pelos mesmos durante o desenvolvimento das aulas.

## XIII – OPERACIONALIZAÇÃO CURRICULAR

### 13.1- Regime de Matrícula

O período de matrícula é determinado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação. Para ingressar no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos, o aluno deve ter 6 (seis) anos completos até 31 de março do ano letivo.

A matrícula compreende:

- a) A admissão de alunos novos.
- b) A admissão de alunos por transferência
- c) A admissão de alunos independente da comprovação da escolaridade, conforme legislação vigente.

### 13.2- Pré Requisitos de Ingressos

Para efetivar a matrícula, os responsáveis devem apresentar cópia da documentação necessária, conforme segue.

- certidão de nascimento ou identidade;
- carteira de vacina para alunos do 1º ano do Ensino Fundamental
- histórico Escolar em 02 (duas) vias originais;
- atestado de transferência;

Os responsáveis pelos alunos com Necessidade Educacionais Especiais devem no ato da matrícula apresentar laudo neurológico ou diagnóstico com CID (duas cópias).

No ato da matrícula o responsável deverá assinar a ficha de matrícula, tendo a oportunidade de optar pela matrícula do educando no ensino religioso.

Além da apresentação de documentos pessoais para registros legais junto à secretaria da escola, são observados também:

- a) Vagas disponíveis
- b) Para ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental:  
Completar 6 anos até 31 de março conforme lei vigente.

### **Rematrícula**

A rematrícula é automática, porém, os responsáveis pelo aluno devem comparecer na Escola para realizá-la, mediante assinatura e atualização dos dados na ficha de matrícula, em data agendada e comunicada através de informativos pela direção da Escola.

No caso do não comparecimento dos pais ou responsáveis para realização da rematrícula a Escola adota as seguintes medidas: chamamento aos pais; encaminhamento ao Conselho Escolar.

### **Transferência**

Durante o ano letivo pode-se receber e conceder transferências sendo este um ato de direito do educando ou de seus pais ou responsáveis, desde que atendidas as exigências legais.

Ao conceder a transferência, a Escola obriga-se a fornecer ao aluno a documentação necessária mediante o atestado de vaga da escola de destino à legalização de sua vida escolar, no menor tempo possível.

A aceitação de transferência do aluno condiciona-se à existência de vaga na série ou ano, bem, como, a apresentação da documentação (atestado de transferência, documentação pessoal e histórico escolar).

Cabe ao supervisor escolar realizar estudos comparativos entre as especificações contidas no currículo da Escola de origem, de acordo com os mínimos legais exigidos, procedendo-se quando necessário, o processo de adaptações dispensas e aproveitamento de estudos.

### **Aproveitamento de estudos e Adaptação**

O processo de adaptação se realiza para o ajustamento legal e pedagógico do aluno recebido por transferência, quando há divergência curricular.

Em caso de divergência curricular procede-se adaptação de estudos, bem como, podem ser estabelecidas equivalências ou dispensa de estudos em caso de aproveitamento dos estudos já realizados pelo aluno em outra escola.

### **CLASSIFICAÇÃO**

A escola classifica o aluno em anos anuais, promovidos conforme avaliação, de um ano para outro da própria escola e por via de transferência de outros estabelecimentos de ensino.

Para alunos sem escolaridade anterior, a escola oferece testes classificatórios para situá-los no ano considerando o nível de conhecimento demonstrado nas avaliações. A classificação acontece em qualquer ano exceto ao 1º ano do Ensino Fundamental.

### **RECLASSIFICAÇÃO**

A reclassificação acontece para situar o aluno que vem de diferentes formas e regimes escolares, tendo em vista o nível de aprendizagem demonstrado, tendo como base às normas curriculares gerais, através de instrumentos de avaliação organizados pelo professor do ano, acompanhado pela supervisão escolar, direção e responsável.

### **PLANOS DE ESTUDOS**

Os planos de estudos são elaborados pela comunidade escolar, com base nas diretrizes curriculares Nacionais que definem Princípios, Fundamentos, Base Nacional Comum e Parte Diversificada, sob coordenação da Equipe Diretiva da Escola, contendo todas as atividades centrada na valorização do processo de aprendizagem e do conhecimento do aluno. Os mesmos devem ser avaliados sempre que necessário, reorganizados.

Em sua organização constam: organização curricular; disciplinas com seus tempos de abrangência e intensidade; temas transversais, ética, ensino da cultura afro-brasileira, do meio ambiente, orientação sexual.

A parte diversificada leva em conta as atividades econômicas da região, visando uma melhor qualificação para o mercado de trabalho.

Os Planos de Estudos são aprovados pela Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação. Os mesmos devem ser avaliados sempre.

### **PLANOS DE TRABALHO**

A elaboração dos Planos de Trabalho é realizada em reuniões pedagógicas com os professores da Escola. Ao início do ano letivo é realizada a sondagem para fins diagnósticos, com o objetivo de conhecer cada turma e elaborar o Plano de Trabalho de acordo com as características da mesma. Os Planos são elaborados anualmente e revisados trimestralmente. Contém objetivos, conteúdos, metodologia, recursos e avaliação para o ano letivo em curso.

O Plano de Trabalho é elaborado pelo professor titular da turma, tendo como base o Plano de Estudo e o Plano de Sondagem realizado anteriormente pelo professor.

O Plano de Trabalho fica à disposição com a supervisão escolar.

Os conteúdos trabalhados diariamente são registrados nos diários de classe ou planos de aula de cada professor.

### **PROJETO DE REFORÇO PEDAGÓGICO/CLASSE DE APOIO**

O Projeto de Reforço Pedagógico/Classe de Apoio oferece atividades diversificadas de forma a favorecer a aprendizagem evitando a reprovação. A escola oferece as modalidades de trabalhos extracurriculares, presencial, conforme necessidade que a área de conhecimento exige.

O Reforço Pedagógico é necessário desde a primeira semana de aula, quando o professor titular realiza o diagnóstico da turma. É um apoio paralelo no qual deve ser trabalhado as dificuldades, o que não foi compreendido, o que é um entrave para a criança.



O atendimento do reforço pedagógico deve ser planejado e individualizado em dia e horário diferenciados, para que seja trabalhada a dificuldade do aluno e o mesmo permaneça acompanhando a sua turma no horário normal de aula.

O Reforço Pedagógico tem por objetivo a aprendizagem dos educandos em nível de desigualdade com o ritmo da turma, consolidando e ampliando os conhecimentos, enriquecendo as experiências culturais e sociais, para assim ajudá-los a vencer os obstáculos presentes em sua aprendizagem.

Os alunos encaminhados para frequentarem a classe de apoio serão atendidos durante um turno semanalmente.

As turmas de atendimento serão constituídas com máximo 6 (seis) alunos cada, de modo a possibilitar que o professor possa trabalhar de forma individualizada.

Compete ao professor da classe de apoio:

- I- Preencher e encaminhar aos responsáveis pelo aluno a comunicação para o atendimento;
- II- Acompanhar o desenvolvimento pedagógico do aluno, mantendo contato atualizado com o professor titular que o encaminhou;
- III- Planejar as atividades a serem trabalhadas, levando em consideração o parecer prévio encaminhado pelo professor titular;
- IV- Aplicar instrumentos de avaliação com o intuito de verificar o progresso pelo aluno no que diz respeito à superação de suas dificuldades;
- V- Registrar diariamente no caderno de chamada o atendimento e as atividades realizadas;
- VI- Participar das reuniões pedagógicas da escola, quando solicitado, ou quando a reunião for em relação ao Reforço Pedagógico.
- VII- Zelar pelos materiais utilizados na classe de apoio, que são de sua responsabilidade, bem como da equipe gestora, mantendo-os organizados;
- VIII- Organizar e manter atualizado o portfólio do aluno, no qual deverão constar os progressos obtidos pelo aluno no que se refere à superação de suas dificuldades, os quais deverão ser comprovados por meio de documentos, pareceres, aulas-entrevistas.
- IX-

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**

A Educação Especial é a modalidade de ensino que perpassa, como complemento ou suplemento a todas as etapas e os níveis de ensino básico e superior, com o objetivo de formar os alunos com necessidades educacionais especiais com vistas a autonomia e independência no âmbito escolar e fora desse.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Emef. Maria Antonia é disponibilizado em todas as séries do Ensino Fundamental, nas turmas comuns da rede regular, uma vez que este é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento do aluno com seus pares, bem como para estimular todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor, linguístico, afetivo e social.

O AEE não substitui a escola comum para pessoas em idade de acesso obrigatório no Ensino Fundamental (dos 6 anos aos 14 anos) sendo este atendimento realizado em turno inverso ao da turma regular de ensino, vinculando o mesmo a efetivação da matrícula na Escola.

O trabalho da Educação Especial garante a todos os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE's) o acesso, permanência e sucesso a escola comum, removendo assim barreiras que comprometam a acessibilidade do educando quanto ao processo inclusivo. Assim, a Emef. Maria Antonia atende a todos os alunos que apresentam NEE's, desde que seu quadro de recursos humanos, disponha de educadores especiais com carga horária para o atendimento e acompanhamento desses alunos.

O professor atuante na educação especial deve ser habilitado na área específica de atuação tendo conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área que desempenha sua função.

É papel do Educador Especial mediar o processo de ensino e aprendizagem do aluno com NEE's através de recursos educacionais e de estratégias de apoio, oportunizando-lhes diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as suas especificidades e potencialidades no ambiente de sala de aula regular e em sala de recursos multifuncional.

A Sala de Recursos Multifuncional, espaço especializado destinado aos educandos com NEE's, onde o mesmo, regularmente matriculado na mesma escola, em contra turno, recebe atendimento diferenciado do reforço escolar.

A sala de Recursos Multifuncional objetiva um serviço de natureza pedagógica, conduzida por professor especializado, que suplementa (no caso dos alunos com altas habilidades/superdotação) e complementa (no caso dos demais alunos NEE's) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço realiza-se na escola, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às Necessidades Educacionais Especiais dos alunos.

Para justificar a necessidade do atendimento educacional especializado, o aluno que estiver regularmente matriculado e frequentando a sala regular de ensino deve apresentar laudo e/ou diagnóstico com CID. Após a apresentação do laudo e/ou diagnóstico os responsáveis passam por uma entrevista, no intuito do professor especializado conhecer a história de vida e aspectos referentes ao desenvolvimento do aluno. Em relação aos alunos com deficiência mental, os pais assinam um termo de compromisso responsabilizando-se pela frequência do educando ao atendimento ofertado.

Conforme a lei vigente, cabe os sistemas de ensino organizar condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreça a promoção da aprendizagem e a valorização das deficiências, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada, a inclusão de instalações, equipamentos, mobiliários, transportes escolares, bem como, eliminar as barreiras nas comunicações e informações.

Buscando contempla e oferecer condições aos alunos portadores de deficiência, a Escola se propõe em oferecer todas as condições necessárias para seu crescimento, como: atividades para a socialização, integração e convívio diário com a turma, professores e Escola.

O AEE busca contemplar e oferecer condições aos alunos portadores de deficiência, a Escola se propõe em oferecer todas as condições necessárias para seu crescimento, como: atividades para a socialização, integração e convívio diário com a turma, professores e Escola.

São atribuições do professor da sala de recursos:

- I- Identificar a necessidade de atendimento, elaborar, executar e avaliar o plano de AEE dos alunos, estabelecendo o tipo de atendimento conforme as

- necessidades educacionais específicas do aluno, usando o modelo estabelecido pela SME, em cadernos individuais;
- II- Estabelecer um cronograma semanal de atendimento com carga horária individual ou em grupos de no máximo 3 alunos, sendo atendidos uma vez por semana com a duração de uma hora e/ou mais vezes conforme a necessidade. O cronograma deverá ser exposto em local visível, na sala de atendimento.
  - III- Estabelecer um horário de 2h semanais para planejamento do atendimento, que deverá fazer parte do cronograma semanal de atendimento;
  - IV- Oferecer apoio articulado ao Professor Regente da sala de aula regular em relação às adaptações curriculares necessárias para que o aluno com NEE's atinja os mesmos objetivos de sua turma;
  - V- Orientar o professor da turma regular sobre a elaboração e execução do Plano Individualizado do Aluno, da Avaliação e Pareceres dos alunos atendidos;
  - VI- Entregar o aviso para o atendimento;
  - VII- Avisar a escola sobre a ausência do aluno ao atendimento de AEE. A escola deverá entrar em contato com os pais ou responsáveis, solicitando o retorno ao atendimento e na terceira falta deverá entrar em contato com o Conselho Tutelar;
  - VIII- Registrar as evoluções e os aspectos de importante destaque do aluno em Ficha de Observação/Portfólio de atendimento, anexando-as à pasta do aluno;
  - IX- Produzir na sala de recursos materiais de acessibilidade para os alunos.
  - X- Realizar a matrícula do aluno no AEE e o preenchimento da Ficha Individual do Aluno com Deficiência, de acordo com modelo estabelecido pela SME;
  - XI- Realizar entrevista inicial com os responsáveis pelo aluno conforme Ficha de Anamnese;
  - XII- Realizar avaliação da Sala de Recursos Multifuncional semestralmente, por meio de Parecer Descritivo, informando o desempenho do aluno com necessidades educacionais especiais, referente ao seu processo de

- aprendizagem, informando também, o números de atendimentos oferecidos e o número de atendimentos frequentados;
- XIII- Registrar diariamente no caderno de registros os atendimentos e as atividades desenvolvidas;
- XIV- Participar das reuniões pedagógicas da escola quando solicitado e/ou quando o assunto da reunião for em relação ao AEE.

### **Do Plano Individual do Aluno**

O Plano de AEE são as ações desenvolvidas para atender as necessidades do aluno. São específicas do AEE para que o aluno possa ter acesso ao ambiente e conhecimentos escolares de forma a garantir com autonomia o acesso, a permanência e a participação do mesmo na escola.

O Plano de AEE resulta das escolhas do professor quanto aos recursos, equipamentos, apoios mais adequados para que possam eliminar as barreiras que impedem o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na sua turma da escola comum.

Para desenvolvê-lo é imprescindível uma articulação com o professor de AEE e os de ensino comum, entre os familiares do aluno e, se necessário, com profissionais da área clínica.

Na execução do plano de AEE, o professor procurará avaliar sistematicamente o seu plano, revisando-o e atualizando-o, quando necessário.

### **Educação Itinerante**

De acordo com Parecer CNE/CEB Nº:14/2011 são consideradas em situação de itinerância as crianças e adolescentes pertencentes a diferentes grupos sociais que, por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, dentre outros, se encontram nessa condição. Podem ser considerados como vivendo em situação de itinerância ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, artistas, demais trabalhadores em circos, parques de diversão e teatro mambembe que se autorreconheçam como tal ou sejam assim declarados pelo seu responsável legal.

Sendo assim o poder público tem a responsabilidade e a obrigação de oferecer vagas na Educação Básica para todos. O acesso a ela, portanto, deve e pode ser exigido por

qualquer pessoa. Da mesma forma, os pais e/ou responsáveis têm o dever legal de matricular seus filhos, independentemente da profissão que exerçam.

O parecer estabelece ainda que não deve haver qualquer forma de distinção ou discriminação que embarace ou impeça o acesso à Educação Básica de crianças, adolescentes ou jovens itinerantes, filhos ou não de trabalhador circense. Pois os responsáveis por estes, têm se valido do art. 29 da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões:

Art 29: Os filhos dos profissionais de que trata esta Lei, cuja atividade seja itinerante, terão assegurada a transferência da matrícula e consequente vaga nas escolas públicas locais de 1º e 2º Graus, e autorizada nas escolas particulares desses níveis, mediante apresentação de certificado da escola de origem.

Segundo este parecer as orientações e encaminhamentos dados pelas instituições escolares à matrícula dos estudantes em situação de itinerância geralmente não são de conhecimento público, ficando, na maioria das vezes, à mercê da relação estabelecida entre a escola e a família em contextos específicos. Dessa forma, a escola deverá estabelecer diálogo com estes coletivos sociais, ouvi-los e decidir conjuntamente estratégias para o melhor atendimento dos seus filhos. Este é o papel de uma escola democrática que constrói sua prática a partir da realidade da comunidade atendida e não em detrimento da mesma.

E as escolas que recebem esses estudantes deverão informar a sua presença aos Conselhos Tutelares existentes na região, e ainda deverão garantir documentação de matrícula e avaliação periódica mediante expedição imediata de memorial e/ou relatório das crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância.

Afirma também que sistemas de ensino, por meio de seus diferentes órgãos, deverão definir normas complementares para o ingresso, permanência e conclusão de estudos de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância.

A Escola garante a matrícula para crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância, e adequando-se às particularidades desses estudantes, considerando:

- O ingresso a qualquer tempo desses estudantes, sendo que o controle de frequência se fará a partir da data efetiva da matrícula;

- A inserção no grupamento correspondente aos seus pares de idade, mediante avaliação diagnóstica realizada pela instituição de ensino, caso o estudante não disponha de histórico escolar da escola anterior, bem como parecer descritivo;
- O desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem do estudante;
- A garantia de atendimento em atividades de contraturno ofertadas pela escola e atividades complementares, assegurando as condições necessárias e suficientes para a aprendizagem dessas crianças, adolescentes e jovens;
- O respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais dos estudantes em situação de itinerância, bem como o tratamento pedagógico, ético e não discriminatório, na forma da lei.

### **AVALIAÇÃO**

A avaliação é um processo educativo contínuo, que permite delinear, obter e fornecer informações úteis para a reflexão do fazer pedagógico, dando suporte para que o mesmo seja repensado e aprimorado com vistas a atingir melhores resultados no processo ensino- aprendizagem.

A avaliação abrange dois focos distintos, específicos e intimamente relacionados:

- a escola como um todo;
- o aluno, no seu desempenho.

O processo de avaliação é estabelecido conforme resolução 16/2024 que normatiza o processo de Avaliação Escolar no Sistema Municipal de Ensino de Mato Castelhana.

#### **Avaliação do Estabelecimento de Ensino**

A escola procede, ao fim de cada trimestre letivo, a avaliação de todas as suas realizações, face aos objetivos expressos no Projeto político Pedagógico, com vistas à atualização do diagnóstico de suas necessidades e aspirações.

### **Avaliação do Aluno**

O processo de avaliação deve ser contínuo, dinâmico e global, levando em consideração o caminho percorrido de cada aluno na construção do conhecimento, valorizando todos os passos conquistados pela criança no dia a dia escolar.

A avaliação serve para realimentar o processo, orientando o professor que é o mediador do conhecimento, um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador, e, sobretudo, um organizador da aprendizagem nos caminhos a serem seguidos.

A avaliação é uma atividade didática permanente e necessária do trabalho docente, no acompanhamento sistemático do processo ensino aprendizagem.

A avaliação deve ser contínua e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Sendo que o resultado obtido no decorrer do ano letivo será somado ao da prova final.

A escola oferece no mínimo três instrumentos de avaliação diversificados no decorrer dos trimestres, sendo que a nota final do trimestre é obtida através da média das avaliações realizadas.

Os resultados são emitidos por médias trimestrais e em médias finais.

No 1º ano e no 2º ano do Ensino fundamental, a avaliação é feita através de parecer descritivo por área de conhecimento, considerando seu desenvolvimento nos aspectos social, afetivo e cognitivo, conhecimento linguístico, conhecimento matemático, desenvolvimento psicomotor, aspecto geral do desenvolvimento escolar e projetos da parte diversificada.

Os resultados da avaliação do aproveitamento são registrados em pontos, numa escala trimestral de (0) zero a 100 (cem) em cada área de conhecimento.

Para obter o resultado final do aproveitamento após o período letivo a média das três notas obtidas pelo aluno nos três trimestres.

Considera-se aprovado o aluno que, ao final do período letivo obtiver aproveitamento igual ou superior a 70 pontos antes da recuperação.

O processo de avaliação efetiva-se nos Conselhos de Classe com base no parecer de cada coordenador de turma, professores, “pré-conselho” (que é feito com os alunos), supervisão, orientação e direção.



As verificações do rendimento escolar do aluno são realizadas ao longo do ano letivo e ao final das atividades escolares anuais, pela interpretação de dados coletados através de parecer descritivo. Sendo que do 3º ano ao 9º ano a avaliação trimestral é realizada por área de conhecimento.

Considera-se aprovado ao final do ano letivo, o aluno que obtiver aproveitamento igual ou superior a 50 ao concluir a recuperação final.

Na Educação de Jovens e adultos as classes de alfabetização correspondente a 1º e 2º ano a avaliação é feita através de parecer descritivo, permitindo o avanço e/ ou a permanência do aluno na etapa, conforme totalidade de conhecimentos demonstrados.

### **Estudos de Recuperação**

Tendo em vista que mesmo a recuperação do aluno seja contínua e paralela a Escola oferece Estudos de Recuperação, ao final de cada trimestre, são dois dias não letivos destinados a estudos de recuperação na tentativa de recuperar o aluno que não atingiu os objetivos propostos.

Fazem parte desse estudo os alunos que não atingirem 70% dos pontos do trimestre. Para estes aluno será oferecido uma retomada de conteúdos e aplicado um novo instrumento avaliativo, onde prepondera a maior nota.

A escola oferece ainda, estudos de recuperação final para os alunos que não atingem média de 70 pontos no final de ano letivo.

Após estudos de recuperação final considera-se aprovado o aluno que na soma da média anual mais nota da avaliação da recuperação final dividido em dois, obtiver o percentual de no mínimo 50 pontos sendo considerado aprovados ( $SM$  soma da média +  $NRF$  nota da recuperação final =  $NF$  nota final: dividido por 2).

A Escola oferece aos alunos, dos anos finais, reprovados em uma disciplina, o regime de Progressão Parcial, de acordo com a legislação.

Os registros dos pareceres descritivos do 1º ao 3º Ano e as notas dos demais anos do Ensino Fundamental é entregue aos pais ou responsáveis, por escrito e/ou através de boletins, em reunião a ser marcada e comunicada via bilhete.

## **PROGRESSÃO CONTINUADA**

O Regime de progressão continuada permite ao aluno das séries/anos iniciais do Ensino Fundamental, a oportunidade de rever objetivos não alcançados ao longo do ano letivo, não impedindo sua promoção à série/ano seguinte, com o consenso do Conselho de Classe e compromisso assumido pela família.

### **Avanço nos Anos**

O avanço para o ano seguinte é oferecido ao educando que atingir, em tempo menor, os objetivos da série/ano que está cursando, apresentando nível e aprendizagem compatível com a série/ano seguinte.

Essa verificação é feita pelo professor do ano corrente juntamente com o professor do ano para a qual o aluno está sendo avançado, com a participação da supervisão escolar e responsável pelo aluno. Somente no primeiro trimestre do ano letivo poderá ocorrer avanço.

Todo processo é registrado em livro-ata específico e as alterações são registradas no histórico escolar do aluno.

### **Promoção**

A promoção é automática do 1º para o 2º ano.

Sendo que a promoção para a série/ano seguinte é condicionada ao rendimento escolar e sua frequência.

### **Regime de Progressão Parcial**

A escola oferece aos alunos, dos anos finais, reprovados em uma área de conhecimento, no primeiro trimestre do ano letivo.

A Progressão Parcial do aluno dos anos finais que não obteve êxito em uma área de conhecimento, mas a maioria dos critérios de avaliação, para frequentar a turma do ano seguinte, terá acompanhamento sistemático individualizado para superar as dificuldades ainda existentes em seu processo de aprendizagem, o que ficará definido no último Conselho de Classe do ano letivo.

O objetivo da progressão parcial é permitir a promoção do educando sem causar prejuízo à sequência curricular com atendimento específico paralelo ao ano que irá cursar.

A Progressão Parcial será permitida somente para alunos que cursaram o ano anterior na Escola.

Antes do início do próximo ano letivo o professor da disciplina é encarregado de fazer a retomada dos conteúdos que o aluno apresentou déficit de aprendizagem e, após, aplicar uma avaliação para ver o desempenho do aluno.

No final da Progressão Parcial, o aluno que obter nota igual ou superior a 70 (setenta) é considerado aprovado para o ano seguinte.

O aluno que obtiver nota inferior a 70 (setenta) ou que não comparecer nas aulas da Progressão Parcial, automaticamente repetirá o processo no ano seguinte, não podendo ficar em Progressão Parcial na série em curso.

O resultado da avaliação é registrado em documento específico (folha de chamada).

## **FREQUÊNCIA**

A frequência mínima corresponde a 75% total de horas letivas para a aprovação.

No caso do aluno faltar por 5 dias consecutivos, sem justificativa, cabe a Escola entrar em contato com os pais ou responsáveis, através de bilhete, telefone e/ou visita a sua residência para o devido esclarecimento. Caso o problema persista, o aluno deve ser encaminhado ao Conselho Tutelar, via ficha FICAI.

Ao aluno que não atingir 75% de frequência são oferecidas atividades compensatórias no termos da legislação.

Conforme a lei vigente, a escola oferecerá atividades complementares compensatórias de infrequência, que terão por finalidade compensar estudos, exercícios e outras atividades escolares, das quais, o aluno não tenha participado em razão de sua infrequência.

As atividades complementares compensatórias são presenciais registradas em listas de controle específicas, com as datas e o número de faltas do aluno a que correspondem. Serão arquivados na escola as listas e os trabalhos realizados.

As atividades deverão ser realizadas dentro do período letivo a que se referem as faltas, ou no período de recuperação final, caso se estenderem além da duração do ano letivo.

As atividades complementares compensatórias serão oferecidas para os alunos que não se enquadrem na faixa etária série/ano, como também, para alunos infrequentes que ultrapassem o limite de 25% de faltas considerando-se o total de horas – aulas anuais por motivo de doença, portador de necessidades especiais de qualquer nível, pela necessidade de exercer atividades remuneradas eventuais, mediante termo de responsabilidade assinado pelos responsáveis do aluno.

A forma e modalidade é oferecida no contra turno, durante o período letivo ou recuperação final, em forma de trabalhos de pesquisa, livros, internet, jornais, meios de comunicação. A sistematização do conteúdo individual ou em grupo.

A avaliação do aproveitamento de forma objetiva e subjetiva seguindo o sistema de avaliação do regimento escolar.

### **DA ACELERAÇÃO DE ESTUDOS E DO AVANÇO**

A Escola oferece ao aluno a possibilidade de avançar após a verificação da aprendizagem.

A aceleração de estudos ou avanço é uma estratégia do processo individual, oportunizada ao aluno que apresentar ritmo de aprendizagem diferente, possibilitando concluir, em menor tempo, o ano, considerando seu nível de desenvolvimento.

Destina-se, principalmente ao aluno com defasagem idade/ano.

Também, por meio de uso de mecanismos de avaliação, é permitido ao aluno, com altas habilidades ou superdotação, avançar para o ano posterior.

A verificação do aprendizado é realizada por uma comissão de professores de diferentes áreas de conhecimento.

### **CONSELHO DE CLASSE**

O conselho de classe é o momento sistemático de análise e avaliação do processo ensino aprendizagem, possibilitando um replanejamento.

O Conselho de Classe tem por objetivo analisar o processo educativo dos alunos, a avaliação de seu rendimento escolar e estudar estratégias para melhoria do processo ensino aprendizagem, favorecendo uma avaliação mais completa do aluno e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão coletiva a cerca do trabalho que está sendo realizado, possibilitando novas decisões para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas em atender os diferentes ritmos de aprendizagem de cada aluno.

O conselho é percebido como uma oportunidade de reflexão coletiva que auxilia na construção de práticas avaliativas mais democráticas, reflete as angústias e prazeres dos participantes, transformando-se num exercício de cidadania, no qual cada um tem vez e voz. O Conselho de Classe é organizado pelo Supervisor Escolar, conselheiro da turma e Direção da escola.

São atribuições do coordenador do conselho de classe:

- I- Convocar e coordenar as reuniões.
- II- Preparar a documentação para o desenvolvimento do trabalho.
- III- Participar das reuniões de entrega dos resultados das avaliações.

O secretário do Conselho de Classe é o secretário da Escola, tendo como atribuição, o registro dos resultados da avaliação e lavrar as atas das reuniões.

Para as reuniões do Conselho de Classe cada professor deve dispor de dados, anteriormente coletados, analisados, interpretados e registrados, referentes ao aproveitamento do aluno, em relação aos objetivos propostos.

São atribuições dos professores em Conselho de Classe:

- I- Participar das reuniões
- II- Analisar o aproveitamento do aluno em relação aos objetivos propostos no trimestre, tendo por base os dados registrados.
- III- Registrar os resultados da avaliação de cada aluno, emitindo parecer descritivo e/ou recomendações sobre suas possibilidades e limitações.
- IV- Traçar perfil claro e preciso de cada aluno e da turma como um todo.
- V- Estabelecer objetivos comuns a serem atingidos no decorrer da próxima etapa de trabalho.

### **CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO**

O certificado de Conclusão do Ensino Fundamental obedece á legislação vigente.

A Escola confere ao aluno Certificado de Conclusão e o Histórico Escolar em duas vias.

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos recebem o certificado de conclusão do Ensino Fundamental ao concluir a 4ª etapa da Pós-alfabetização.

### **CALENDÁRIO ESCOLAR**

O calendário Escolar, como parte do planejamento, integra o Projeto Político Pedagógico e é dado a conhecer pela comunidade educativa o início do ano letivo.

O ano letivo compreende o período destinado às atividade escolares e aquele reservado às férias e ao descanso, independente, do ano civil. A carga horária mínima anual é de 800h, distribuídas por um mínimo de 200 dias de trabalho escolar.

Na educação de Jovens e Adultos (ensino Fundamental) não há preocupação com o ano letivo e sim com o processo pedagógico como um todo, respeitando as orientações legais.

a) Alfabetização – 1ºano ao 5º ano – 4.000 horas

b) Pós alfabetização – 6º ao 9º ano – 3200 horas

O calendário atende as disposições legais em vigor ao Projeto Pedagógico e as orientações da Secretaria Municipal de Educação, sendo aprovado pela mesma.

## XIV ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

### 14.1- CORPO DOCENTE

Os professores e especialistas da educação devem engajar-se na Proposta Educativa, participando ativamente, comprometendo-se com a equipe escolar.

O educador deve ter clareza e domínio da fundamentação teórica, assumindo o papel de mediador, propondo aos educados a reflexão e construção do conhecimento.

#### 14.1.1- SÃO ATRIBUIÇÕES DO CORPO DOCENTE:

- participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, particularmente através do Plano de Estudo em sua respectiva disciplina;

- participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

- ministrar as aulas e trabalhos de acordo com a metodologia utilizada pela Escola, estimulando e mediando a construção do conhecimento e desenvolvimento das potencialidades do aluno;

- manter atualizados os diários de classe, com as devidas anotações de frequência, conteúdos e avaliação dos alunos, entregando-os aos setores competentes, dentro do prazo estabelecido;

- constituir-se para os alunos e a comunidade em exemplo de dedicação ao trabalho, honradez e comportamento ético;

- atualizar-se quanto a conhecimentos específicos das disciplinas que constituem o seu campo de trabalho;

- lecionar em conformidade com a distribuição de aulas feitas pela Direção, no horário estabelecido, manter a disciplina e a ordem no espaço em que estiver atuando;

- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos que apresentam baixa eficácia de obra educativa, procurando entrosar seu trabalho com o dos professores das demais disciplinas;

- agir com espírito de grupo, somando esforços de quantos partilham a mesma responsabilidade, comprometendo-se com a práxis pedagógica numa proposta educacional definida no Projeto Pedagógico.

- Elaborar os Planos de trabalho em consonância com o Projeto Pedagógico e as atividades curriculares de sua turma.

- conhecer e cumprir as normas estabelecidas no Regimento Escolar.

- comparecer à Escola nas horas de trabalho ordinário e extraordinário, quando convocado, executando os serviços que lhes competem.

- cooperar e participar em todas as atividades que visem a melhoria do processo educativo e a integração Escola – Família – Comunidade.

- colaborar com a Direção e com todos os serviços e instituições da Escola.

- ser assíduo e pontual, respeitando os colegas, alunos e funcionários.

- ocupar integralmente o tempo destinado às aulas no desenvolvimento das tarefas inerentes ao Processo Educacional.

- Colaborar com a disciplina geral da escola.

- auxiliar na conservação da escola, bem como dos materiais pedagógicos.

- guardar sigilo sobre os assuntos confidenciais da escola.

- o professor, nas suas atividades letivas, deve pautar-se pela filosofia educativa e orientação pedagógica da Escola, expressa no Projeto Político Pedagógico.

#### 14.1.2- SÃO DIREITOS DO PROFESSOR:

- ser tratado condignamente;

- fazer uso da autoridade na sala de aula e tomar as medidas cabíveis dentro do âmbito de suas funções;

- valer-se das técnicas pedagógicas próprias para obter melhor desempenho escolar de seus alunos;

- fazer uso de todos os recursos disponíveis na Escola para atingir os fins educacionais a que se propõe e sugerir medidas que aprimorem as ações educativas.



## 14.2- CORPO DISCENTE:

O Corpo Discente é constituído por todos os alunos regularmente matriculados na escola.

Como membro ativo da instituição cabe ao educando ser respeitado em seus direitos e cumprir com a responsabilidade os seus deveres, exercitando assim, a verdadeira cidadania.

### 14.2.1- DIREITOS DO EDUCANDO:

- Ter acesso à biblioteca, instalações esportivas, salas especiais, laboratórios nos horários estabelecidos;
- Participar dos projetos e atividades curriculares empreendidos pela escola;
- Participar nas elaborações de projetos e avaliações através de entidades representativas apresentando sugestões ou críticas que favoreçam a melhoria da Escola;
- Realizar avaliações no momento previsto, ou fora dele, observando as disposições legais vigentes;
- Ter acesso ao regimento;
- Usufruir de todos os benefícios de caráter educativo, recreativo, social e outros que a Escola proporcione aos educandos;
- Ser respeitado em sua individualidade, por todos os segmentos de convivência da Escola, recorrendo às instâncias competentes, se necessário, conforme a legislação vigente.
- Receber ensino adequado, assim como acompanhamento nas dificuldades através de momentos de estudos e instrumentos adequados de avaliação;
- Participar de associações e entidades representativas (Grêmios Estudantil e Conselho Escolar e ou outras funções representantes de turma, etc...).

#### 14.2.2- RESPONSABILIDADES DO EDUCANDO:

- Conhecer, respeitar e cumprir as normas regimentais da Escola;
- Comparecer pontualmente a todas as atividades curriculares;
- Comunicar à Direção a necessidade de saídas antecipadas com justificativa por escrito dos responsáveis pelos menores de idade;
- Justificar as faltas dentro do prazo estabelecido;
- Zelar pela conservação do prédio, mobiliário, equipamento e material bibliográfico da escola;
- Resolver os problemas de convivência através do diálogo, respeitando a legislação vigente;
- Ter adequado comportamento social, evitando atitudes que prejudiquem o processo ensino aprendizagem, zelando pelo bom nome da Escola;
- Tratar com respeito e cordialidade a Direção, professores, funcionários e colegas;
- Ter assiduidade, pontualidade nas atividades escolares, comprometendo-se com o bom rendimento escolar.

#### 14.3- DIREÇÃO:

O Diretor tem a responsabilidade de dirigir, acompanhar e avaliar o processo educativo, bem como assegurar a utilização adequada dos recursos recebidos de acordo com a definição apropriada dos objetivos da escola.

São atribuições do Diretor:

- Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores e as do Regimento Escolar;
- Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Pedagógico e dos Planos de Estudos da Escola que representa, em consonância com a Política Educacional vigente, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.
- Tomar decisões com vistas ao desenvolvimento e melhoria da Escola em termos de recursos didáticos necessários ao andamento do processo ensino- aprendizagem;
- Representar a escola, responsabilizando-se por sua organização e funcionamento;

- Promover e participar, juntamente com a comunidade escolar, das atividades cívicas, culturais, sociais e desportivas;
- Assinar, juntamente com o secretário, toda a documentação relativa à vida escolar dos alunos, dos funcionários, dos professores e da Escola;
- Convocar, presidir e participar de reuniões;
- Providenciar junto a Prefeitura Municipal o provimento de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros para o bom andamento da Escola;
- Visar a escrituração das instituições e serviços complementares, atas de reuniões, recibos e outros expedientes eventuais;
- Manter atualizado o tombamento dos bens públicos da escola, zelando pela sua conservação, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar;
- Oficializar o exercício do quadro docente e administrativo da escola;
- Dinamizar o funcionamento da Associação de Pais e Professores – APP;
- Administrar, juntamente com a Associação de Pais e Professores, as contribuições da comunidade e os recursos financeiros, mantendo em dia o livro caixa;
- Elaborar e apresentar à comunidade escolar o balanço financeiro semestral, com a aprovação da Associação de Pais e Professores;
- Manter os recursos financeiros depositados em estabelecimento bancário oficial, assinando cheque em conjunto com o responsável da APP;
- Coordenar as atividades dos serviços e das instituições da Escola;
- Providenciar o encaminhamento de alunos com problemas de saúde aos setores competentes;
- Participar dos Conselhos de Classe;
- Fiscalizar a qualidade da merenda escolar, bem como a quantidade necessária da mesma,
- Tomar as providências de encaminhamento a autoridades competentes, no caso de necessidade de medidas pedagógicas socioeducativas;
- Acompanhar o processo de avaliação das ações pedagógicas, administrativas e financeiras desenvolvidas na escola;
- Promover o intercâmbio com outras comunidades escolares.

- Elaborar plano de gestão escolar , abrangendo um período de 12 meses, elaborado em conjunto com coordenação pedagógica e vice-diretor.

#### 14.4- VICE-DIREÇÃO:

O vice-diretor é o profissional indicado e escolhido pelo Diretor, a quem cabe assessorá-lo e substituí-lo sempre que se fizer necessário.

- Participar de elaboração do PPP, Regimento Escolar e Planos de Estudos, juntamente com os integrantes dos demais setores;
- Assessorar o diretor no exercício de suas funções, desempenhando as atribuições por ele delegadas;
- Substituir o diretor na sua ausência ou impedimento, desempenhando todas as atribuições do mesmo;
- Programar, juntamente com a equipe diretiva, a distribuição e o adequado aproveitamento dos recursos humanos, materiais, físicos e financeiros.
- Organizar os horários de funcionamento da escola juntamente com a Supervisão Escolar;
- Auxiliar na manutenção do mobiliário escolar;
- Participar dos conselhos de classe;
- Auxiliar na manutenção da disciplina na Escola.

## XV - SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES

### 15.1- SERVIÇO DA SECRETARIA

As atividades do serviço de Secretaria são executadas pelo(a) secretário(a) com registro no órgão competente.

Na falta do titular de secretaria, cabe a um professor, autorizado pelo órgão competente, desempenhar as atribuições indicadas abaixo, respondendo ao serviço de secretaria.

São atribuições do responsável de Secretaria:

- Organizar e manter atualizada a escrituração escolar e o arquivo ativo e passivo, bem como os documentos oficiais referentes à Escola;
- Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico;
- Organizar e dirigir o serviço de Secretaria;
- Organizar o fichário com registros de dados funcionais e pessoais do Corpo Docente e Administrativo da Escola e mantê-lo atualizado, informando-os das alterações de sua vida funcional;
- Manter organizadas as leis, os decretos, os pareceres, as circulares, as instruções, os regulamentos e outros documentos referentes ao ensino e à Escola e deles tomar conhecimento;
- Preparar históricos escolares, Certificados, Atestados e outros documentos similares (preenchimento de grades, atas, boletins de alunos, livros de notas, entre outros);
- Assinar, juntamente com o Diretor, os documentos escolares dos alunos, bem como toda a documentação da Secretaria;
- Controlar a efetividade de professores e funcionários;
- Prever e requisitar a quem de direito o material de consumo necessário, mantendo registro do mesmo;
- Elaborar relatórios;
- Participar de reuniões, redigindo atas quando necessário;

- Participar do conselho de Classe.

#### 15.2- FUNCIONÁRIOS DO SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA:

São atribuições dos funcionários de conservação e limpeza:

- Zelar pela boa aparência da escola;
- Solicitar o material necessário à manutenção de limpeza, responsabilizando-se pelo mesmo;
- Executar a limpeza das dependências, móveis, utensílios e equipamentos;
- Participar da elaboração do PPP, Regimento Escolar e Planos de Estudos;
- Participar da avaliação global da escola.
- Comparecer à escola nas horas de trabalho ordinário e extraordinário quando convocados, executando serviços que forem de sua responsabilidade.
- Respeitar os colegas, os alunos, os pais de alunos e os professores.

#### 15.3- SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL:

A Orientação Educacional é exercida por um profissional com titulação específica que coordena as atividades e é assessorado pelos professores regentes das turmas.

São atribuições do Orientador Educacional:

- Participar ativamente da elaboração, execução e avaliação do PPP, dos Planos de Estudos, bem como de todas as atividades que envolvam o currículo pleno da Escola;
- Coordenar e acompanhar as atividades dos regentes de turma para a sua atuação em classe;
- Incentivar a mobilização da Comunidade Escolar com vistas à busca de novos caminhos na educação (envolvendo todos os segmentos da escola);
- Investigar e analisar a realidade vivencial do educando, a história da comunidade, a fim de que os professores possam melhor atender a todos os educandos em seu processo de desenvolvimento integral, redirecionando permanentemente o currículo;

- Estimular e promover iniciativas de participação e de democratização das relações na Escola, visando a aprendizagem do educando, bem como a sua identidade pessoal e grupal;
- Garantir que o Conselho de Classe seja participativo no âmbito do Projeto Pedagógico da Escola, participando do seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos, coordenando-o juntamente com o Supervisor Escolar;
- Estimular o processo de ação-reflexão-ação de cada segmento da Escola, para que a Escola cumpra a sua função de construção, socialização do conhecimento e desenvolvimento da cidadania;
- Assessorar o Conselho Escolar, a Direção, a Supervisão Escolar e o Corpo Docente em assuntos pertencentes à Orientação Educacional;
- Auxiliar na orientação do processo de formação permanente do corpo docente, previsto no Regimento, tendo clareza da fundamentação teórica, estando comprometido com o grupo, com preponderância o trabalho coletivo sobre o individual;
- Sistematizar o processo de acompanhamento aos alunos, encaminhando a especialistas os que necessitarem de assistência especializada;
- Colaborar na obtenção de clima favorável ao entrosamento os alunos, professores e demais pessoas da Escola, com vistas à integração de todos;
- Manter contato com a supervisão escolar, reunindo esforços que visem a melhoria do rendimento escolar.

#### 15.4- SERVIÇO DE COORDENAÇÃO/ SUPERVISÃO ESCOLAR

A Supervisão Escolar é exercida por profissionais habilitados com a titulação necessária para tal.

O Supervisor Escolar é responsável, com o auxílio de toda a comunidade escolar, pelo desenvolvimento do trabalho pedagógico: assessorando, planejando, coordenando, acompanhando e analisando as atividades curriculares, tendo em vista os objetivos da escola.

São atribuições do Supervisor Escolar:

- Coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico e dos Planos de Estudos da Escola;
- Acompanhar as aulas de Estudos de Recuperação, bem como todo processo pedagógico;
- Divulgar, promover e participar das reuniões;
- Orientar professores na dinâmica funcional da Escola;
- Participar do processo de integração Escola – Família – Comunidade, aprimorando o trabalho escolar, com vistas a atender às necessidades do aluno e as expectativas do meio;
- Analisar o Histórico Escolar e demais documentos apresentados pelo aluno transferido;
- Coordenar e organizar as atividades da Classe de Apoio;
- Coordenar os Conselhos de Classe, juntamente com os demais responsáveis;
- Proporcionar um clima de amizade e fraternidade entre a comunidade escolar;
- Orientar todas as atividades docentes e discentes da Escola;
- Proporcionar meios para a atualização pedagógica do professor e melhoria do ensino-aprendizagem;
- Participar da elaboração das atividades escolares;
- Assessorar a Direção em assuntos administrativo-pedagógicos;
- Coordenar, elaborar e controlar a execução do Calendário Escolar e dos Planos de Trabalho do Professor.

#### 15.5- DA BIBLIOTECA:

A biblioteca escolar se constitui em centro de estudos, consultas e leitura para os alunos, professores, funcionários e comunidade escolar.

A organização e o funcionamento da biblioteca ficam a cargo de um bibliotecário, para o atendimento durante o horário de funcionamento da escola.

Ao responsável pela biblioteca escolar cabe:

- Planejar, coordenar e desenvolver as atividades da biblioteca escolar;
- Colaborar com diversos setores da escola;



- Divulgar a biblioteca como fonte de leitura e informação, bem como suas realizações e disponibilidades;
- Prestar atendimento ao trabalho pedagógico e comunitário, mantendo e ativando o vínculo Escola- comunidade.

#### 15.6- DO AUXILIAR DE DISCIPLINA

O serviço de auxiliar de disciplina é exercido por um professor que tem a função de organizar e atender as necessidades de professor e aluno nos horários de trabalho e de aula.

Compete ao auxiliar de disciplina:

- Estar presente no horário de entrada e saída de professores e alunos;
- Organizar e atender o trabalho diário, de acordo com as necessidades da escola;
- Acompanhar os alunos e professores em eventos escolares, quando solicitados pela equipe gestora;
- Auxiliar nas diversas necessidades que, por ventura, venham a ocorrer no estabelecimento de ensino;
- Zelar a ordem no ambiente escolar durante os diversos momentos, tais como: recreio, merenda, troca de períodos, eventos, etc.

#### 15.7- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES:

A Associação de Pais e Professores constitui-se como um órgão de assessoramento que tem como finalidade, a captação, a aplicação e o controle dos recursos financeiros da escola, visando apoiar de forma ordenada e articulada com a Equipe Diretiva todo o trabalho educativo realizado no ambiente escolar, contribuindo para a execução dos objetivos da escola.

A constituição, as atribuições e forma de funcionamento constam em legislação específica.

### 15.8- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA EM NUTRIÇÃO:

O serviço de nutrição escolar visa melhorar as condições nutricionais e a seleção de alimentos oferecidos aos alunos.

O serviço de nutrição escolar está a cargo de um profissional habilitado com qualificação.

São atribuições do responsável pelo serviço de nutrição escolar:

- Tomar conhecimento da Proposta Pedagógica da Escola;
- Elaborar e acompanhar cardápios semanais de acordo com a disponibilidade de produtos alimentícios;
- Coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução das atividades referentes à nutrição escolar;
- Apresentar relatórios nas datas marcadas pela Direção e Secretaria Municipal de Educação;
- Proceder a avaliação e melhoria interna do serviço;
- Apresentar relatório avaliando o trabalho realizado no setor, para ser incluído na avaliação geral da escola;
- Realizar tarefas extras, quando for necessário, para melhorar o atendimento e as condições alimentares do aluno, com a participação da comunidade, professores e APP;
- Zelar pela conservação do material da nutrição, utensílios da cozinha, refeitório, que são utilizados pelos responsáveis pelo setor e alunos;
- Zelar pela higiene no preparo dos alimentos.

### 15.9- SERVIÇO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO:

Fornecido pela Secretaria da Educação com atendimento semanal para os alunos que necessitam deste acompanhamento.

#### 15.10- SERVIÇO ODONTOLÓGICO:

Fornecido pela Secretaria da Saúde sempre que necessário e, com atendimento preventivo.

### XVI - AVALIAÇÃO DA PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA

Avaliar é julgar a realidade e projetar o futuro no acompanhamento sistemático do processo ensino – aprendizagem, observando as relações interpessoais, as atividades desenvolvidas e a qualidade das ações a serem empreendidas.

A avaliação será utilizada de forma a encaminhar e definir novas propostas que viabilizem os objetivos concretamente delineados.

A avaliação deverá ser permanente através de encontros, reuniões e assembléias, observando os princípios democráticos e participativos.

## XVII- BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel Gonzalez. O significado da infância. *Anais Congresso, Mec*, 1994.

BARROS, Carlos, PAULINHO, Wilson R. Ciências. Ed. Ática. Coleção 5ª a 8ª série.

BENINCÁ, Elli. *A prática pedagógica de sala de aula. Cadernos UPF*. Passo Fundo, n. 4, 1983.

BERNARDI, Rosa Maria. *Avaliação na escola: velhos e novos desafios*. In: Revista Espaço Pedagógico. Passo Fundo: vol.1,n.1,1994.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO n°01/2001 – CPERS Sindicato.

CADERNOS DE REFLEXÃO: *Novos olhares, novas práticas*. V.I,II,III,IV. Ed. Gráfica UPF. Passo Fundo, 1999.

CADERNOS TEMÁTICOS – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

COLEÇÃO: Desenhos Pedagógicos.

COLEÇÃO: Dia a dia do professor.

CONSTRUINDO A ESCOLA DEMOCRÁTICA E POPULAR: Orientações Pedagógicas – 2000 – 2001

CURRÍCULO ESCOLAR. *Propósitos e Práticas*. Santa Cruz do Sul, 1999.

FERREIRA, Idalina Ladeira; CALDAS, Sarah P. Souza. Atividades na Pré-escola.

FORESTI, Denise. A nova idéia de infância. *Geração*, Passo Fundo, Ed. 02- ano II, p.4,nov.2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 23 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 12ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora: uma prática em da construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. *Avaliação Mitos e Desafios: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Educação e Realidade, Revistas e Livros, 1991.

LEI 9394/96

**LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. Lei n.º 9.394/96. Brasília, 1996.

LEI Nº 11 274. *Duração de 9 anos do Ensino Fundamental*. Brasília, 2006.

MORO, Catarina de Souza. DA SILVA, Paulo Vinicius Baptista. *Fundamentos Históricos e Culturais da Infância no Brasil*. Curitiba: IBPEX, 2003.

OLIVEIRA, Therezinha Ribeiro. *Princípios de Aprendizagem e Metodologia do Ensino*. s/d.

PARECER CNE/CEB Nº 18/2005. *Organizações para matrícula das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental obrigatório*. Brasília, 2005.

PÁTIO EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério da Educação. Porto Alegre, Artmed Ed, Nº 4 e 5/ 2004.

PÁTIO EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério da Educação. Porto Alegre, Artmed Ed, Nº 4 e 5/ 2004

PERRENOUD, Philippe. *As dez competências para ensinar: Convite a viagem*. Porto Alegre: Ed. Artemed, 2000.

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 144/2005. *altera os art.29,30,32,87 da Lei Nº 9394/1996*. Brasília, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – Caminhos Possíveis – SINEPE/SC.

RAUBER, Jaime José; SOARES, Marcio(coord.) *Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações práticas*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2002.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Brasília: MEC/SEF, 1998.

RESOLUÇÃO/CD/FNDE/Nº 09/2005. *Orientação e diretrizes para assistência financeira aos projetos educacionais, no âmbito da Educação Básica*. Brasília, 2005.

REVISTA DO PROFESSOR. Porto Alegre, nº57/1999.

REVISTA DO PROFESSOR. Porto Alegre, nº65/2001.

REVISTA DO PROFESSOR. Porto Alegre, nº74/2003.

REVISTA DO PROFESSOR. Porto Alegre, nº75/2003.

ROMÃO, José Eustáquio. *Guia da Escola Cidadã – Avaliação Dialógica*. s/d.

THIESSEN, Maria Lucia. BEAL, Ana Maria. *Pré- escola, tempo de educar*. São Paulo, Ed. Ática, 1987.